



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
FACULDADE DE GEOGRAFIA

GERCIEL BATISTA PEREIRA

**A REPRESENTAÇÃO DISCENTE QUANTO AOS DANOS AMBIENTAIS NO
ENSINO DE GEOGRAFIA: o caso da problemática ambiental no Bairro Novo
Horizonte em Rondon do Pará – PA.**

MARABÁ
2014

GERCIEL BATISTA PEREIRA

**A REPRESENTAÇÃO DISCENTE QUANTO AOS DANOS AMBIENTAIS NO
ENSINO DE GEOGRAFIA: o caso da problemática ambiental no Bairro Novo
Horizonte em Rondon do Pará – PA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção de título
de Licenciado Pleno em Geografia à Banca
Examinadora do Curso de Geografia –
PARFOR da Universidade Federal do Pará.
Orientador: Ms. Rogério Rego Miranda

**MARABÁ
2014**

GERCIEL BATISTA PEREIRA

**A REPRESENTAÇÃO DISCENTE QUANTO AOS DANOS AMBIENTAIS NO
ENSINO DE GEOGRAFIA: o caso da problemática ambiental no Bairro Novo
Horizonte em Rondon do Pará – PA.**

Prof. Ms. Rogério Rego Miranda (Orientador)
Universidade Federal do Pará – *Campus Marabá*

Prof. Ms. Marcos Alexandre Pimentel da Silva
Universidade Federal do Pará – *Campus Marabá*

Prof. Ms. Rogério Souza Marinho
Universidade Federal do Pará – *Campus Marabá*

Julgado em: _____/_____/_____.

Conceito Final: _____

**MARABÁ
2014**

Dedico esta conquista aos meus pais, irmãs, colegas e professores, como forma de gratidão por estarem sempre ao meu lado, proporcionando-me oportunidade de estudar e trabalhar.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Pai de bondade e misericórdia, que me acompanha a todo instante, pela força divina, coragem e fé que me transmite, sem o qual a vida terrena não teria sentido.

Aos meus pais que sempre lutaram para proporcionar-me o melhor. E, em especial a minha mãe que me ensinou as primeiras letras no antigo método do ABC e nunca se esquece de mim em suas orações.

À minha irmã Celma Batista Pereira que sempre está ao meu lado, fazendo todo o possível para facilitar minha jornada diária.

Ao meu orientador Ms. Rogério Rego Miranda pelo incansável incentivo para que este trabalho chegasse ao fim com devida qualidade e relevância.

Ao professor Ms. Marcus Vinícius Mariano que deu início na orientação deste trabalho e, por motivo de força maior, não foi possível prosseguir.

Aos professores que acreditaram em minha capacidade enquanto aluno e pessoa para desenvolver um bom trabalho, mediante suas relevantes observações, orientações e considerações.

À colega Carleny Botelho Sousa que me deu apoio logo no início do curso no qual passava por um momento difícil em que titubeei e pensei desistir.

Aos colegas de turma que muito contribuíram para a troca de conhecimentos e experiências ao longo do curso.

Aos moradores e alunos do Bairro Novo Horizonte que, prontamente, contribuíram com informações, respondendo o questionário aplicado.

Às professoras de Geografia da Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfo Soares de Moraes que contribuíram com informações, respondendo o questionário aplicado.

À senhora Lucitelma Ferreira Rocha pela hospitalidade e prestatividade ofertadas no decorrer de duas etapas do curso, assim como sua inseparável amiga Vera Lúcia Rodrigues Pinheiro.

À Leandro Estevão dos Santos, Laurenny Carvalho da Silva, Márcia Aparecida Miranda de Azevedo e Mariel de Jesus, todos funcionários da Secretaria do Meio Ambiente de Rondon do Pará que muito contribuíram com informações e materiais sobre o Bairro Novo Horizonte.

À Francisco Camilo, funcionário da EMATER que contribuiu com informações e materiais sobre o Município de Rondon do Pará.

À Elza de Lima Batista e Maura Saldanha de Oliveira que catalogaram anteriormente parte do material sobre a história de Rondon do Pará.

À amiga e jornalista Júlia Maria de Freitas que contribuiu com informações e imagens a respeito do Bairro Novo Horizonte.

Ao amigo Nilton Aguiar que ajudou na elaboração dos gráficos e prestou assistência nos momentos em que o computador apresentava problemas e todo o trabalho parecia perdido.

A produção do espaço é consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade.

Roberto Lobato Corrêa

RESUMO

O presente trabalho busca enfatizar a produção do espaço geográfico no município de Rondon do Pará – PA e a educação geográfica com interface na representação socioespacial dos alunos do 6º Ano/5ª Série da Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfo Soares de Moraes quanto aos danos ambientais no Bairro Novo Horizonte em Rondon do Pará, no qual são residentes no ano de 2013. Como metodologia, utilizou-se levantamento bibliográfico, aplicação de questionários e experiência em sala de aula para embasamento empírico. As discussões também ressaltam a necessidade da aproximação entre a teoria e a prática na Geografia, tendo em vista a produção de conhecimentos geográficos direcionados para o concreto, isto é, para o mundo educativo, visando sua aplicabilidade no cotidiano social.

Palavras-chave: Produção do espaço, danos ambientais, educação geográfica e representação socioespacial.

ABSTRACT

This paper seeks to emphasize the production of geographical space in Rondon do Pará - PA and geographic education with interface in socio-representation of students from Year 6 / 5th Grade Municipal Elementary School Adolfo Soares de Moraes of the environmental damage in the neighborhood New Horizon in Rondon do Pará, which are resident in 2013. The methodology we used literature survey, questionnaires and experience in the classroom for empirical support. The discussions also highlighted the need for closer ties between theory and practice in Geography, with a view to the production of geographical knowledge directed towards the concrete, that is, to the educational world, for its applicability in everyday social life.

Keywords: Production of space, environmental damage, geographical education and socio-spatial representation.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

FOTOS

Foto 01 – Trator abrindo estrada ao lado do Córrego dos Pebas	33
Foto 02 – Estrada aberta ao lado do Córrego dos Pebas	35
Foto 03 – Entulhamento mecânico à margem do Córrego dos Pebas	39
Foto 04 – Estrada construída irregularmente à margem do Córrego dos Pebas	39
Foto 05 e 06 – Lotes à venda no Bairro Novo Horizonte	40
Foto 07 – Casas embargadas pela Secretaria do Meio Ambiente	42
Foto 08 – Casas embargadas pela Secretaria do Meio Ambiente	42
Foto 09 – Construção da caixa d' água no Bairro Novo Horizonte	44
Foto 10 e 11 – Lixo jogado em locais inadequados no Bairro Novo Horizonte	45
Foto 12 – Elevada carga de sedimentos em rua próxima ao Córrego dos Pebas no Bairro Novo Horizonte	53
Foto 13 – Deslizamento de terra à margem esquerda do Córrego dos Pebas no Bairro Novo Horizonte	53
Foto 14 – Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfo Soares de Moraes após reforma em 2012	58

FIGURAS

Figura 01 – Acampamento do DER.	23
Figura 02 – Camillo Viana	27
Figura 03 – Primeira empresa de ônibus	29
Figura 04 – Igreja Católica e escola	30
Figura 05 – Agência do Banco Bradesco S/A	31
Figura 06 – Material de divulgação do Bairro Novo Horizonte	34
Figura 07 – Matéria jornalística do Editorial Rondon Online	36
Figura 08 – Rondon do Pará antes da criação do Bairro Novo Horizonte	37
Figura 09 – Rondon do Pará destacando o Bairro Novo Horizonte	38

Figura 10 – Área imprópria para edificações no Bairro Novo Horizonte	41
Figura 11 – Matéria jornalística sobre inauguração da energia elétrica no Bairro Novo Horizonte	43

MAPAS

Mapa 01 – Mapa de localização do Município de Rondon do Pará.....	16
Mapa 02 – Mapa da expansão urbana da cidade de Rondon do Pará	32

GRÁFICOS

Gráfico 01 – O que é meio ambiente?.....	72
Gráfico 02 – O que são problemas/danos ambientais?.....	73
Gráfico 03 – Cinco exemplos de problemas/danos ambientais.....	74
Gráfico 04 – Problemas/danos ambientais no Bairro Novo Horizonte.....	75
Gráfico 05 – Os responsáveis pelo surgimento dos problemas/danos ambientais? .	77
Gráfico 06 - Colaboração para melhorar/conservar o ambiente em que vive?	78
Gráfico 07 – Que se tem feito para melhorar/conservar o ambiente em que vive? ...	79
Gráfico 08 – O que se considera problemas/danos ambientais?	80
Gráfico 09 – Meios informacionais sobre meio ambiente	81
Gráfico 10 – O que faz parte do meio ambiente?	83
Gráfico 11 – Responsáveis pela resolução dos problemas/danos ambientais?.....	84
Gráfico 12 – Disciplinas que trabalham problemas/danos ambientais?	85
Gráfico 13 – Aprendizagem sobre problemas/danos ambientais?	86

LISTA DE SIGLAS

APP	Área de Preservação Permanente
CELPA	Centrais Elétricas do Pará
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Amazônia Oriental
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
PDA	Plano de Desenvolvimento da Amazônia
PGC	Programa Grande Carajás
POLAMAZÔNIA	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SPVEA	Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I	22
A PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DE RONDON DO PARÁ E O ATUAL MOMENTO DE EXPANSÃO URBANA COM A CRIAÇÃO DO BAIRRO NOVO HORIZONTE.....	22
CAPÍTULO II	47
OS REFLEXOS DA EXPANSÃO URBANA SOBRE A QUALIDADE AMBIENTAL DO BAIRRO NOVO HORIZONTE	47
CAPÍTULO III	56
A ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ADOLFO SOARES DE MORAES E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DOS DANOS AMBIENTAIS NO ENSINO DE GEOGRAFIA	56
REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS ALUNOS DO NOVO HORIZONTE E A DIMENSÃO DAS RELAÇÕES COTIDIANAS COM O MEIO AMBIENTE LOCAL .	64
CONCLUSÃO	89
REFERÊNCIAS	94
APÊNDICE	97
ANEXOS	104

INTRODUÇÃO

Com base nos estudos desenvolvidos por Bertha Becker (2009), notamos os processos de transformações que a Amazônia passou e passa, com as formas conflituosas de sua apropriação por diferentes atores ao longo de séculos de ocupação regional.

Com a ajuda das armas de fogo e da religião, os colonizadores quase exterminaram com os povos originais, tomando suas terras, reprimindo sua cultura e destruindo seu meio ambiente. Os que sobreviveram, resistiram e resistem.

A partir dos segundo e terceiro quartéis do século XX, acelerou-se sobremaneira o processo de ocupação da Amazônia, marcado pelo planejamento governamental, com a formação do moderno aparelho de Estado e sua crescente intervenção na economia e no território. Ainda assim, o processo não foi uniforme. As alterações do espaço natural foram acentuando-se ao longo do tempo com sérios danos ambientais devido à forma predatória que se deu e se dá do referido espaço.

Na fase inicial do planejamento regional entre os anos de 1930-1966, correspondentes à implantação do Estado Novo por Getúlio Vargas, a ocupação foi muito mais discursiva do que ativa. A “Marcha para Oeste” e a criação da Fundação Brasil Central (1944), a inserção de um Programa de Desenvolvimento para a Amazônia na constituição de 1946 e a delimitação oficial da região por critérios científicos foram marcos dessa fase, seguidos pela criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que no primeiro plano quinquenal previa o investimento em transporte, comunicação e energia, além do desenvolvimento agrícola e da industrialização de matérias-primas (D'ARAÚJO, 1992 *apud* TRINDADE JÚNIOR e MALHEIRO, 2009), mas apenas revelam uma preocupação regional sem ações correspondentes.

Nesse período, os militares colocaram em prática os ideais de integrar, ocupar e desenvolver o território, aplicando a doutrina de segurança nacional que foi concretizada no I e no II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) e na criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). O I PDA objetivava a integração física, econômica e cultural da Amazônia ao Centro-Sul do Brasil, além de ocupar o território e promover o desenvolvimento econômico. Por outro lado, no II PDA já se mostrava mais clara a ideia de um desenvolvimento via industrialização com investimentos massivos em transporte e energia, a partir, por

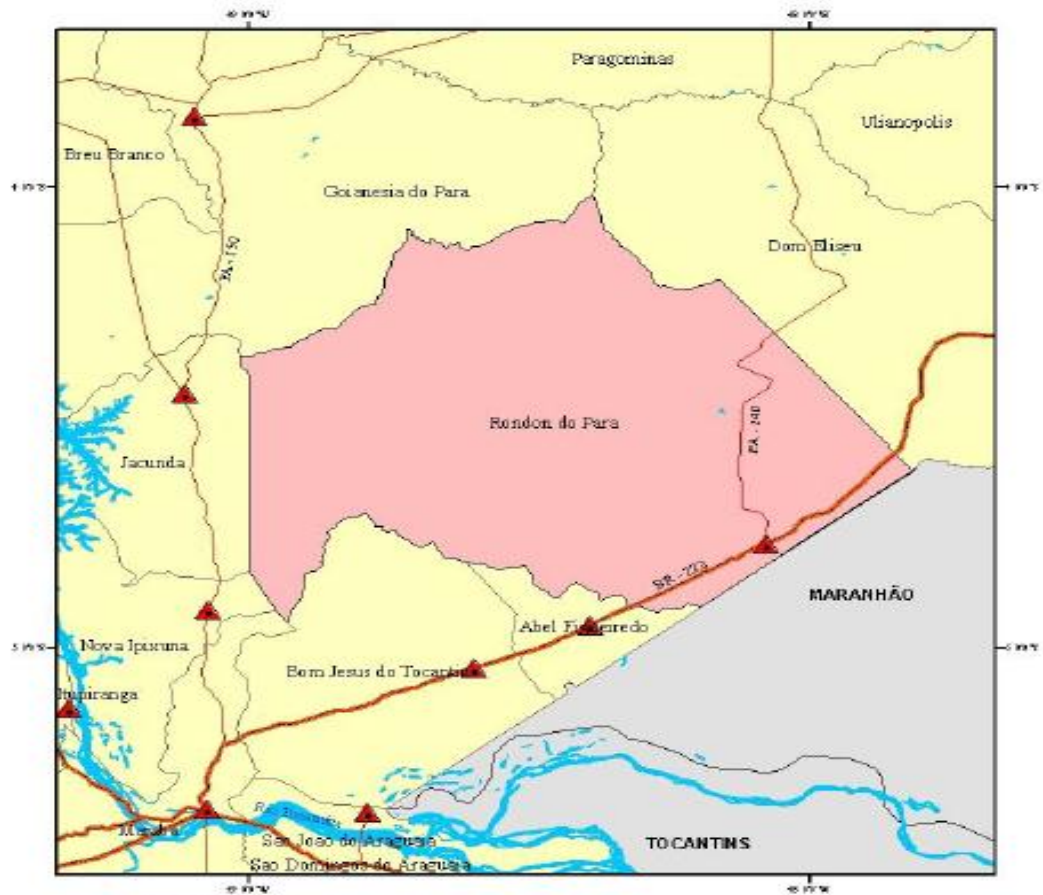
exemplo, da formulação do POLAMAZÔNIA (Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia) que visava à implantação de 15 polos de desenvolvimento regional a partir da instalação de grandes projetos na Amazônia oriental voltados, sobretudo, à exploração mineral e articulados pelo Programa Grande Carajás (PGC) (BRITO, 2001 *apud* TRINDADE JÚNIOR e MALHEIRO, 2009).

E, seguindo no processo de urbanização da Amazônia, gerou-se um conjunto de aglomerados humanos que a caracteriza como uma “floresta urbanizada” (BECKER, 2004), no qual a divisão territorial em municípios elevou alguns desses aglomerados humanos à categoria de cidade. Todavia, muitas cidades detêm a forma desta categoria, porém não exercem plenamente suas funções.

Assim, de acordo com Carlos (2008) a cidade enquanto construção humana, produto social, trabalho materializado, apresenta-se enquanto formas de ocupações. O modo de ocupação de determinado lugar da cidade se dá a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver.

E, é nesse contexto de relações capitalistas que visualizamos a construção/melhoramento e, posterior pavimentação de algumas estradas federais/estaduais seguido do surgimento de inúmeros aglomerados humanos ao longo das rodovias que foram abertas na década de 1960 – 1970, entre eles, Rondon do Pará (ver mapa 01), que está localizado a uma latitude 04°46’34” sul e a uma longitude 48°04’02” oeste, em uma área que era de domínio indígena – território dos índios do grupo Parakategês-Gavião – que foi invadido e destruído a partir da chegada do “estranho” (MARTINS *apud* AMARAL, 2011), representado pelos camponeses-posseiros, os fazendeiros ricos, de médio e grande porte, os madeireiros e o próprio Estado.

Nesse sentido, o Estado atuou como grande estimulador e facilitador desse “novo” espaço geográfico que se deu no movimento da fronteira amazônica, formada pela coexistência da frente de expansão e da frente pioneira em uma situação de conflito social constante. Desta forma, os índios foram violentamente expropriados e desterritorializados, sendo confinados em uma localidade próxima ao município de Marabá, que foi denominada de Terra Indígena Mãe Maria, a 70 km de distância do então povoado de Rondon do Pará, às margens do rio Flecheiro (SANTOS *apud* AMARAL, 2011).



LOCALIZAÇÃO NO ESTADO



Fonte: IBGE, 2006
Org: PEREIRA, G.B
Execução: PEREIRA, G.B



Legenda e Convenções	
	Município Pesquisado
	Rodovia Federal
	Rodovia Estadual
	Limite Estadual
	Limite Municipal
	Hidrografia
	Sede Municipal

Mapa 01: Localização do Município de Rondon do Pará – PA.

Os índios do grupo Parakategês-Gavião foram desterritorializados implicando em um choque brutal de interesses, pois o domínio territorial fora perdido e aquilo que antes era concreto, cedeu lugar ao sentimento de perda afetiva e desvinculação com a terra. A fragmentação se deu, gerando enfraquecimento nas

relações intra e intergrupais, além de afetar individualmente os sujeitos desterritorializados (HAESBAERT, 1997, p.98).

A partir disso, segundo Amaral (2011), a área ficou livre para o avanço do capital, que promoveu a transformação da terra em mercadoria para ser negociada entre os novos ocupantes e os agentes externos à Amazônia. Essa situação, acrescida da presença dos atrativos que havia em relação ao acesso da terra, caracterizados pelos seus baixíssimos custos, bem como a abertura das rodovias, contribuiu para a chegada de imigrantes vindos de vários estados do Brasil.

Afinal, de acordo com Rocha (2006), não é possível entender a Amazônia sem conhecer no passado e no presente da região o genocídio dos povos indígenas, a exploração da mão de obra escrava e a devastação para gerar riqueza que tem sido apropriada por tão poucos. Soma-se a isso a apropriação e concentração da terra que representa um dos motivos que incentivam a expulsão e violência contra trabalhadores do campo. A existência do grande latifúndio está relacionada à violência e aos constantes conflitos de territorialidade que têm resultado nos inúmeros e absurdos crimes no campo, como a sistemática morte de camponeses(as) e daqueles(as) que lhes dão apoio – políticos(as), missionários(as), advogados(as) etc.

Sendo assim, a ação da sociedade sobre o meio ambiente, transforma-o e altera-o, incorporando um caráter social através da apropriação dos elementos naturais (recursos) de forma indiscriminada, intensa, em grande escala. O desenvolvimento das técnicas e dos modos de produção, além da expansão urbana, e conseqüente crescimento das cidades, provocam grande desequilíbrio nos ecossistemas e ambientes urbanos como o derramamento de substâncias tóxicas, deposição de resíduos líquidos, sólidos e esgotos sem o devido tratamento, resultando na contaminação de mananciais, rios, lagos, mares, cursos d'água, dentre outros.

Logo, a probabilidade da ocorrência de danos ambientais em espaços geográficos desigualmente produzidos são maiores, em decorrência do não acompanhamento sistemático por parte das autoridades responsáveis quanto à expansão urbana, necessitando à medida do possível de uma sensibilização por parte do governo local e da população para que os danos ambientais sejam reduzidos e/ou sanados.

Geograficamente as cidades e, por conseguinte, os espaços urbanos têm especificidades físico-naturais e socioculturais diferenciados. Entretanto, apresentam semelhantes processos de degradação socioambiental. Bacias hidrográficas, rios, cursos d'água, lagos e lagoas são degradados, e transformados em verdadeiros esgotos a céu aberto, devido unicamente ao lançamento, despejo e deposição de resíduos líquidos e sólidos.

Percebendo o papel da educação geográfica que tem por objetivo, entre outros, a compreensão da utilização e do mau uso dos recursos naturais na sociedade em que vivemos, constatam-se nas salas de aulas de ensino fundamental, alunos totalmente alheios ao por que dos acontecimentos que ocorrem ao seu redor, comprovando o grau de alienação socioespacial, fato que denuncia uma educação geográfica deficiente que precisa e deve promover o desenvolvimento da consciência espacial. Assim, para proporcionar a efetivação da educação geográfica, a ciência tem como ferramenta inicial a Geografia escolar. Esta por sua vez tem como objetivo:

Aumentar o conhecimento e a compreensão dos espaços nos contextos locais, regionais, nacionais, internacionais e mundiais e, em particular: conhecimento do espaço territorial; compreensão dos traços característicos que dão a um lugar a sua identidade; compreensão das semelhanças e diferenças entre os lugares; compreensão das relações entre diferentes temas e problemas de localizações particulares; compreensão dos domínios que caracterizam o meio físico e a maneira como os lugares foram sendo organizados socialmente; compreensão da utilização e do mau uso dos recursos naturais. (CASTELLAR 2005, p. 211)

Conforme afirmam Nogueira e Carneiro (2009), a educação geográfica promove o desenvolvimento da consciência espacial dos educandos, em vista da sua atuação cidadã. Comprova-se assim a importância da Geografia para a construção da cidadania, pois a mesma está diretamente relacionada com nível de percepção e atuação socioespacial do indivíduo.

A noção de cidadania envolve o sentido que se tem do lugar e do espaço, já que se trata da materialização das relações de todas as ordens, próximas ou distantes. Conhecer o espaço é conhecer a rede de relações a que se está sujeito, da qual se é sujeito. Alienação do espaço e cidadania configuram um antagonismo a considerar. (DAMIANI 2001, p. 50)

Sendo assim, a experiência vivida em sala de aula levou-nos ao entendimento que o espaço escolar e os conteúdos trabalhados estão distantes do mundo vivido pelos alunos, uma vez que a inadequação do processo de ensino-aprendizagem realizado nas escolas no tocante aos objetivos, conteúdos e métodos, tem provocado uma consolidação precária de conhecimentos geográficos, visto que o diálogo com a realidade do “além-muro da escola” não está sendo suficientemente propiciado e problematizado.

Desta forma, os conteúdos, os objetivos, o papel do professor e o método de ensino, precisam ajudar a construir caminhos na busca de novas dimensões para o trabalho com o ensino de Geografia, pois, como se encontra hoje, pode-se afirmar que o aluno é penalizado com o mundo teórico apresentado. Consequentemente, há a necessidade de fazer o mundo teórico transcender os limites da abstração para se materializar na concretude da prática do cotidiano, conforme discute Gallo (2009), buscando unir experiências/conhecimentos dos alunos com os conteúdos estudados nas aulas de Geografia.

Portanto, ao verificarmos o que é trabalhado e o que é a realidade vivida pelos alunos, construímos a problemática da pesquisa em: **Qual a representação socioespacial dos danos ambientais, pelos alunos do 6º Ano/5ª Série da Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfo Soares de Moraes, residentes no Bairro Novo Horizonte em Rondon do Pará, no ano de 2013?**

Com o intuito de auxiliar na resolução da problemática, propomos as seguintes questões secundárias:

1. Quais os danos ambientais no Bairro Novo Horizonte em Rondon do Pará, observáveis no ano de 2013?
2. Quais as formas de ensino-aprendizagem de Geografia sobre os danos ambientais na Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfo Soares de Moraes no ano de 2013?
3. Quais as representações socioespaciais dos danos ambientais, pelos alunos do 6ª Ano/5ª Série da Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfo Soares de Moraes no ano de 2013?

Nesta perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo geral, **analisar a representação socioespacial dos alunos do 6º Ano/5ª Série da Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfo Soares de Moraes quanto às implicações dos danos ambientais oriundos na produção socioespacial do**

Bairro Novo Horizonte em Rondon do Pará, no qual são residentes no ano de 2013.

Atingir por completo este objetivo é uma tarefa um tanto quanto complicada e árdua. Todavia, aproximar-se-á o máximo possível dessa realidade, juntando elementos que permitam descrever como surge este tipo de problema e suas consequências para os moradores do bairro, bem como, para a sociedade local. Além disso, temos como objetivos específicos, os quais poderão conduzir ao alcance do objetivo geral:

- Identificar os danos ambientais oriundos na produção socioespacial do Bairro Novo Horizonte, em Rondon do Pará no ano de 2013;
- Analisar as formas de ensino-aprendizagem de Geografia sobre os danos ambientais na Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfo Soares de Moraes no ano de 2013;
- Analisar as representações socioespaciais dos alunos do 6ª Ano/5ª Série da Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfo Soares de Moraes quanto às implicações dos danos ambientais oriundos da produção socioespacial do Bairro Novo Horizonte em Rondon do Pará, no qual são residentes no ano de 2013.

Para tanto, foi utilizado como instrumento de coleta de dados um questionário aplicado aos alunos que acabou revelando dados quantitativos sobre meio ambiente e danos ambientais, entrevistas semiestruturadas aos professores que ministram a disciplina Geografia e que se mostraram indispostos a colaborar, evitando ao máximo responder as indagações feitas, análise documental superficial sobre os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), o livro didático adotado pela E.M.E.F. Adolfo Soares de Moraes, bem como seu Projeto Político Pedagógico, os quais revelaram características importantes à medida que tais informações foram organizadas e analisadas a partir do referencial teórico disposto.

Houve limitações quanto ao primeiro instrumento especificado, mas este se revelou útil e eficiente para o nível de pesquisa que se dispôs a realizar, a qual não apresentou conclusões imutáveis, mas contribuiu para iniciar e ampliar o debate na esfera educacional sobre esse problema que muitas vezes é pouco abordado nas pequenas cidades amazônicas.

Enfim, a análise dos dados procedeu numa linha histórico-geográfica devido tratar-se de um contexto complexo, no qual se situa o objeto de pesquisa. E, apesar

da subjetividade aparente desse tipo de pesquisa, a sua verdadeira intenção foi demonstrar como se encontra o meio ambiente no Bairro Novo Horizonte de Rondon do Pará nesse momento histórico em que se realiza o processo de ocupação local, mediante abordagem de estudo de caso, uma vez que se pretendeu compreender e interpretar esse fenômeno com base na perspectiva de seus moradores e, em especial, com os alunos deste referido espaço geográfico.

Desse modo, o capítulo de abertura “A produção socioespacial de Rondon do Pará e o atual momento de expansão urbana com a criação do Bairro Novo Horizonte”, trata da origem da referida cidade, bem como o processo de sua formação ao longo do tempo, revelando seu início no contexto amazônico brasileiro com a construção da PA-70, hoje BR-222 no final da década de 1960, até os dias atuais, passando pelo processo de expansão urbana e os danos ambientais locais.

O segundo capítulo “Os reflexos da expansão urbana sobre a qualidade ambiental” aborda os aspectos nem sempre positivos relacionados às transformações sociais e ambientais ao longo do processo de urbanização que, geralmente, devido ao crescimento acelerado, provocam uma série de mudanças no ambiente ou em algum de seus componentes com o cidadão sendo visto apenas como consumidor e usuário, especificamente no Bairro Novo Horizonte, no município de Rondon do Pará – PA.

No terceiro capítulo far-se-á a caracterização da Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfo Soares de Moraes e do processo de ensino-aprendizagem dos danos ambientais no ensino de Geografia e se apresentará a representação socioespacial dos alunos e a dimensão nas relações cotidianas com o meio ambiente local, dar-se-á a descrição de como ocorreu o processo de produção quanto ao tema em questão, bem como os instrumentos de coleta de dados utilizados na pesquisa de campo, além dos procedimentos metodológicos que foram colocados em prática para se chegar aos resultados que os alunos possuem quanto à questão dos danos ambientais.

CAPÍTULO I

A PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DE RONDON DO PARÁ E O ATUAL MOMENTO DE EXPANSÃO URBANA COM A CRIAÇÃO DO BAIRRO NOVO HORIZONTE.

De acordo com Oliveira (2003) e a história dos pioneiros, o município de Rondon do Pará teve sua história e geografia iniciada em meados de 1967, seguindo o exemplo de muitos povoados oriundos na Amazônia brasileira quando, com recursos financeiros e decisão política, o tenente coronel Alacid Nunes, segundo governador do Regime Militar, nomeado por indicação de Jarbas Passarinho, decidiu reunir uma patrulha de máquinas que o DER (Departamento de Estradas de Rodagem) jamais vira antes, ao tomar conhecimento da decisão política do regime quanto à abertura da Transamazônica e a conclusão da estrada para ligar Marabá à Belém-Brasília, enviando-a sob o comando do engenheiro Antônio César Brasil, que com a ajuda dos então denominados pioneiros abriram a mata altura da latitude 04°46'34" sul e longitude 48°04'02" oeste, muito embora encontrassem bastante resistência dos povos originais que habitavam a região.

Com interesses em inaugurar a estrada antes da chegada da Transamazônica à Marabá, o tenente coronel Alacid Nunes coloca o DER em ação, criando uma frente de trabalho para abrir a estrada que levaria o nome do senador Pedro Carneiro, depois PA-70 e hoje BR-222, disponibilizando todo o combustível necessário ao engenheiro Antônio César Brasil que convidou o pai Arinos Brasil para iniciar o trabalho com homens de sua confiança. Entre eles, estavam Antônio Carneiro Cardim e Agenor Alves da Silva, encarregados de montar a cada 10 quilômetros, a partir da Belém-Brasília, em direção a Marabá, um ponto de apoio. (OLIVEIRA, 2003).

Após vencerem as primeiras dificuldades e sofrimentos nas matas, os encontros com animais selvagens, as grotas e as pequenas colinas, a frente de trabalho do DER abriu um imenso espaço na floresta à altura do km 86 para montar um grande acampamento que ficava em um local ideal no topo de uma colina próxima de um igarapé com água de boa qualidade denominada Surubiju. (OLIVEIRA, 2003).

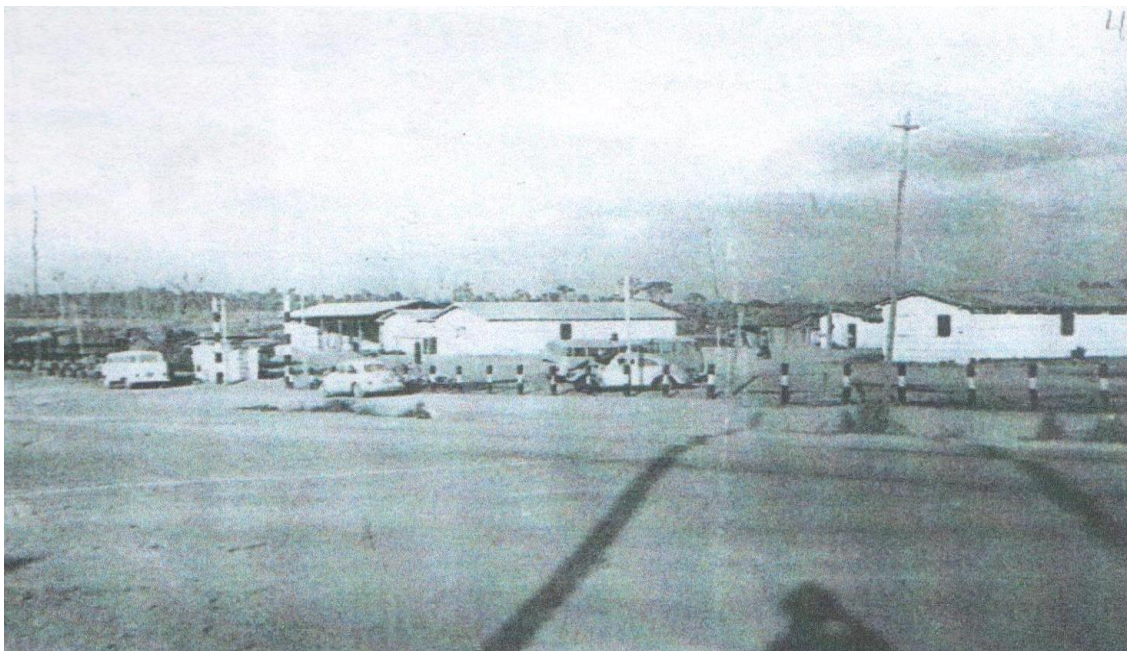


Figura 01: Acampamento do DER

Fonte: Prefeitura Municipal de Rondon do Pará, s/n.

O acampamento do DER onde hoje é o Estádio Olávio Rocha fora instalado servindo de base para o desenvolvimento das atividades locais e os tratoristas com seus D-8 – Trator de Esteira *Caterpillar* – abriram mais espaços em meio às matas verdejantes e, com isto, uma nova localidade ia surgindo no meio da mata habitada pelos índios Gaviões (OLIVEIRA, 2003):

Um caso significativo de resistência ativa, no conjunto dos povos desta área é sem dúvida a dos Gaviões (Grupo Jetimbira). Eles se mantiveram em guerra constante com os extratores de castanhas, desde o princípio do século XX e receberam um golpe frontal à integridade do seu território e da sua organização social com a abertura da então PA-70, ligando Marabá à rodovia Belém-Brasília, já em meados dos anos 60. Divididos em pequenos subgrupos, bastante pauperados pelas doenças e constantes transferências, os Gaviões conseguiram, a partir de meados dos anos 70, um incrível processo de recuperação demográfica e cultural. (Povos Indígenas no Brasil, 1970, p.4).

As pessoas que começaram a chegar com o intuito de povoar e de explorar a área, ao abrirem a localização denominada km 86, depararam-se, em alguns trechos da estrada, com a presença dos nativos que habitavam a região. A presença indígena acabou dificultando a figura do homem branco (colono) na localidade, pois armados de arcos e flechas os nativos defendiam suas terras diante a chegada do estranho e invasor. (OLIVEIRA, 2003).

Afinal, segundo Amaral (2011), o território local era habitado pelos índios Parakategês-Gavião que prontamente passaram a defender suas terras, ocorrendo conflitos nos quais de um lado estavam os agentes da frente de expansão e da frente pioneira, que buscavam se apropriar das terras, e, do outro lado, os referidos índios, que resistiam e lutavam contra o processo de apropriação e destruição do seu território, provocando morte e ferimento de muitos deles, bem como de alguns agentes da frente de expansão.

Dessa forma, (MARTINS *apud* AMARAL, 2011) travou-se uma das primeiras grandes situações de conflito social na fronteira amazônica, especificamente no sul e sudeste paraense, na área do Projeto Carajás.

Após os conflitos, a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) passou a ceder as pressões realizadas pelo Governo Militar, decidindo entregar o território indígena ao domínio da frente de expansão e da frente pioneira, em troca de uma indenização a ser paga aos índios, que acabou nunca sendo concretizada. (HÉBETTE *apud* AMARAL, 2011).

Com isso, a área até então território dos índios Parakategês-Gavião acabou ficando livre para o avanço do capital, que passou a promover a transformação da terra em mercadoria, para ser negociada entre os novos donos e ocupantes, bem como com os agentes externos à Amazônia. Afinal, sob o *slogan* “integrar para não entregar” defendido pelo Governo Militar na questão da segurança nacional, a Amazônia precisava ser “povoada”, solucionando do “grande vazio” que era ocupado “apenas” pelos índios.

Mediante respaldo do Governo Federal, além da abertura das rodovias, bem como os valores econômicos mínimos pela posse da terra – quando não, preço algum era efetuado, podendo apenas ocupar – houve cada vez mais a chegada de centenas de famílias vindas de vários estados do Brasil, principalmente da Bahia, de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Maranhão.

Com o passar dos dias, o Km 86 já era um pequeno povoado com casas de pau a pique encravado na densa Floresta Amazônica, próximo ao rio Surubiju, atraindo centenas de aventureiros dos mais longínquos rincões que procuravam por terra e riqueza. A madeira abundante tornara-se desde o início a base econômica do lugar. (OLIVEIRA, 2003).

Essa exploração madeireira acabou propiciando a formação de grandes latifúndios que passou a caracterizar o sudeste paraense em razão da formação de

pastagens por um lado e, a prática da agricultura camponesa, de outro, pois a abertura da estrada Belém-Brasília e a PA-70, atual BR-222, facilitavam a chegada dos imigrantes e o escoamento da produção local.

Complementando-se, latifundiários e madeireiros, simultaneamente expandiam suas terras e a exploração madeireira, devastando e transformando a área em latifúndios, fazendo da pecuária a principal atividade econômica que acabava expulsando os camponeses para terras menos férteis e distantes do núcleo urbano que se formava.

O povoado foi se transformando em um tumultuado aglomerado humano, onde a lei era quase desconhecida e se primava pelo rápido enriquecimento, sendo válidos todos os recursos para tal. Entre tais recursos, a prática da grilagem tornou-se acentuada, na qual os “grileiros” em comum acordo com donos de cartórios da capital ou de outras jurisdições faziam uso de grilos presos dentro de gavetas sobre os papéis forjados, para dar aspectos de documentos antigos e velhos, deteriorados pela ação do tempo (SAUER *apud* AMARAL, 2011).

Após o Golpe Político-Militar de 1964, publicou-se o Decreto nº 3.641 de 05 de janeiro de 1966, visando evitar a improdutividade das terras, deixando livre a venda de terras devolutas, sem qualquer delimitação de área. A referida lei foi regulamentada pelo Decreto nº 5.780 de 27 de novembro de 1967, enquadrando a venda de terras devolutas do Estado nos limites estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 10, que previa que a alienação de terras públicas só seria feita com a autorização da Assembleia Legislativa (para além de 1.000 há.) e do Senado Federal (para além de 3.000 há.).

E, foi justamente nesse período, que se verificou a expedição de títulos falsos, que tornaram graves os conflitos de terras a partir do final da década de 1960, causados pelo desvio do Cadastro de Terras do Estado.

“A não realização do levantamento ordenado e transferência desse acervo sem cautelas indispensáveis, permitiu que pessoas inescrupulosas com a conveniência de funcionários do próprio Governo manipulassem os livros de registros, os processos concluídos e em andamento, os talonários de canhotos e até títulos expedidos e não entregues às pessoas interessadas, para fraudar e tornar irregulares os títulos de terras que fossem convenientes a meeiros ou mesmo às injunções políticas do momento” (MONTEIRO, *op.cit.* 147 *apud* TAVARES, 2011).

Desta forma, sabendo não terem nenhum direito sobre as terras, os “grileiros” falsificavam documentos para vendê-las a grandes empresários e fazendeiros, aproveitando-se da fragilidade do sistema de registro de terras.

Com o desenvolvimento local, o senhor Arinos Brasil preocupou-se em colocar duas placas de madeira com o nome provisório para o povoado que crescia a cada dia. As placas foram instaladas uma à margem do rio Surubiju e a outra distante do rio, já na saída da clareira rumo a Marabá. Candangolândia fora o nome escolhido em alusão aos candangos de Brasília, que vieram sondar a localidade da estrada PA-70 (OLIVEIRA, 2003).

Inúmeras famílias estabelecidas no povoado aguardavam por determinações do governo que, até então, não passavam de esperanças. Nesse ínterim, chega ao povoado a equipe do Projeto Rondon III¹, coordenado pelo Dr. Camillo Martins Vianna, homem de grandes recursos intelectuais e o mais respeitado ambientalista dos trópicos úmidos. Assim como chegara a equipe do Projeto Rondon III, todos os dias chegavam gente nova aumentando o povoado. Porém, a insatisfação crescia na mesma proporção, pois como fora conhecido anteriormente, o Km 86 e agora Candangolândia, se desenvolvia mais que a sede São Domingos do Capim, distante 409 km (OLIVEIRA, 2003).

As mais de 200 famílias que já se encontravam instaladas no povoado de terra relativamente fértil, muita madeira e pecuária se formando, queriam a emancipação. Era preciso a presença de autoridades para impor a lei e a ordem no povoado, já que vários cidadãos pediam a criação da vila em princípios de 1969. (OLIVEIRA, 2003).

Apesar da boa vontade dos técnicos do DER, a colonização da área exigia ação política e um mínimo de administração municipalista. Assim, os estudantes universitários envolvidos no Projeto Rondon III, que pouco gostavam do nome Candangolândia, decidiram, à revelia da Câmara Municipal de São Domingos do Capim, elevar o povoado à categoria de vila. (OLIVEIRA, 2003).

¹ Criado em 11 de julho de 1967, durante a ditadura militar, o Projeto Rondon tinha como lema “integrar para não entregar”, expressando um ideário desenvolvimentista articulado à doutrina de segurança nacional. O projeto promovia atividades de extensão universitária levando estudantes voluntários às comunidades carentes e isoladas do interior do país, onde participavam de atividades de caráter notadamente assistencial, organizadas pelo governo. Segundo os críticos do projeto, a iniciativa também cumpria funções de cooptação do movimento estudantil. Entre 1967 e 1989, quando foi extinto, o projeto envolveu mais de 350 mil estudantes e professores de todas as regiões do País. (BARSA, v. 12)

Por assim desejarem, na manhã do dia 09 de fevereiro de 1969, às 10 horas, decidem apresentar a mudança de Candangolândia para Vila Rondon e lavraram a ata que determinava (OLIVEIRA, 2003):

Eu, Camillo M. Vianna, medido de serviços sociais do DER do Pará, faço a todos saber o seguinte: às 10 horas da manhã do dia nove de fevereiro do ano da graça de mil novecentos e sessenta e nove do Nosso Senhor Jesus Cristo, o acampamento situado no Km 86 da Estrada de Rodagem PA-70, município do Capim, e o seu anexo populacional conhecido por Candangolândia é elevada a categoria de "Vila" conforme cerimônia realizada, e passará a ser denominada "Vila Rondon". (Cartilha do Projeto Rondon III – 09/02/1969 – SOPREN – Camillo Vianna – DER – Departamento de Estradas e Rodagens).



Figura 02: Camillo Viana.

Fonte: Prefeitura Municipal de Rondon do Pará, 1969.

A Ata foi lavrada pelo Dr. Camillo Martins Vianna como mestre coordenador da fundação e devidamente assinada por Antônio César Brasil, seu pai Arinos Brasil e o engenheiro Raimundo Carvalho, na qualidade de mestres fundadores e todos os demais integrantes do Projeto Rondon III, entre os quais, Antônio Francisco Stella e o japonês Yoshiki Yamada que, como fundadores, também assinaram no verso da ata.

Após a cerimônia realizada e Ata assinada, o Dr. Camillo Martins Vianna, emocionado como todos os presentes, empunhou uma bandeira do Brasil e saiu correndo pelo meio do acampamento. Parou no meio da pista e bradou em alta voz: *Alvíssaras! Alvíssaras! Em nome de Deus e da Pátria, fundo uma cidade no chão do Pará, na Amazônia, Brasil.*(OLIVEIRA, 2003).

A localidade de Vila Rondon crescia progressivamente dia após dia com a chegada de baianos, mineiros, goianos, capixabas, pernambucanos e outros. Todas as necessidades que os moradores passavam, procuravam o engenheiro Antônio César Brasil que, na medida do possível, tentava ajudar e continuar a exercer suas funções como supervisor da estrada PA-70. Todavia, tendo de ausentar-se de Vila Rondon, orientou a população que procurassem outro representante para a localidade. (OLIVEIRA, 2003).

O senhor Clemente Israel da Rocha, por ter sido o primeiro a chegar à área, escolheu José Queirós Matos Novaes e Abílio Amaral para administrarem a vila. Porém, devido reclamações e as interferências dos técnicos do DER, entregaram os cargos, o livro de Ata, o mapa e outros documentos a Rosalvo Mendes, desestruturando um pouco a vida pública de Vila Rondon. (OLIVEIRA, 2003).

O prefeito de São Domingos do Capim viajou até a Vila Rondon e normalizou a situação escolhendo para novo administrador o senhor Natanael Paz que era paraense e dentista. Entretanto, este logo se afastou do cargo quando as dificuldades administrativas foram se acumulando sob sua responsabilidade, assumindo seu lugar o senhor Eufrásio José da Costa que, segundo relatos, muito trabalhou em prol da Vila até ser substituído mais tarde por Carlos Gomes de Araújo. (OLIVEIRA, 2003).

Em meados de 1969, chega ao povoado o italiano Padre Jose Fontanella, que estava no Brasil somente de passagem. Porém, decide ficar e inicia o seu trabalho de sacerdote e colaborador para o desenvolvimento de Vila Rondon, realizando casamentos, batizados e conscientizando os posseiros como lidar com as

terras das proximidades. Todavia, com o passar dos anos é expulso do Brasil, voltando para a Itália, pois para as fontes da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), o padre José Fontanella tornou-se indesejável porque fazia na região de Vila Rondon, no Pará, um importante trabalho de conscientização dos posseiros. A região onde trabalhava o padre José Fontanella, segundo a CNBB, era bastante tensa porque os posseiros ocupavam terras pertencentes a grandes empresas que recebiam incentivos fiscais para a execução de projetos agropecuários. (OLIVEIRA, 2003).

Situada há 538 km de Belém, capital do Estado do Pará, no sudoeste do referido estado, às margens da rodovia PA-70, a Vila Rondon ia crescendo e já contava com dois ônibus da Empresa Santos, que trafegava durante a semana para Marabá e Imperatriz (MA), além de jipes que ajudavam no deslocamento das pessoas, servindo também como meio de comunicação. (OLIVEIRA, 2003).



Figura 03: Primeira empresa de ônibus.

Fonte: Prefeitura Municipal de Rondon do Pará, 1973.

Até o ano de 1970, a iluminação elétrica era fornecida por três motores de propriedade particular, iluminando mais de 50 casas. Porém, com esforços dos coordenadores surge então em Vila Rondon a inauguração da CELPA – Centrais Elétricas do Pará – que muito beneficiou iluminando as residências do povoado. (OLIVEIRA, 2003).

Pensando na população que aumentava com o passar do tempo, o coordenador do Projeto Rondon III, Camillo Martins Vianna, prestou uma assistência educacional aos filhos daqueles que em Vila Rondon se estabeleciam, criando e mantendo por certo tempo uma escolinha, contando com a ajuda dos engenheiros do DER residentes no acampamento. Vila Rondon contava no ano de 1971 com mais de 400 crianças necessitando de escola. Todavia, foram matriculadas apenas 143 crianças. (OLIVEIRA, 2003).

Com a participação de duas baianas sem experiências educacionais e materiais fornecidos pelo Projeto Rondon III, deu-se início à educação em Vila Rondon. Logo, a escolinha precisou ser ampliada para atender a demanda, sendo construída outra com madeira de lei onde hoje é a Igreja Católica Matriz, que foi inaugurada em 1971 com nome de Escola Dr. Dionísio Bentes de Carvalho, funcionando no local até o ano de 1975.



Figura 04 - Igreja Católica e escola.

Fonte: Prefeitura Municipal de Rondon do Pará, 1971.

Inicialmente fazendo uso da caça e pesca para obter a carne como alimento devido à riqueza da fauna local, a população passa a dedicar-se posteriormente a pecuária e ao comércio tendo produtos cultivados como feijão, mandioca e, destacando-se o arroz e o milho com maior produção. Na pecuária, destaque para os rebanhos bovino, suíno e equino. E, observando à movimentação econômica em

Vila Rondon, deu-se a instalação do Banco do Bradesco, o primeiro a funcionar na vila, facilitando o controle da economia dos moradores e o seu desenvolvimento financeiro. (OLIVEIRA, 2003).



Figura 05- Agência do Banco Bradesco de Rondon do Pará.

Fonte: Prefeitura Municipal de Rondon do Pará, s/n.

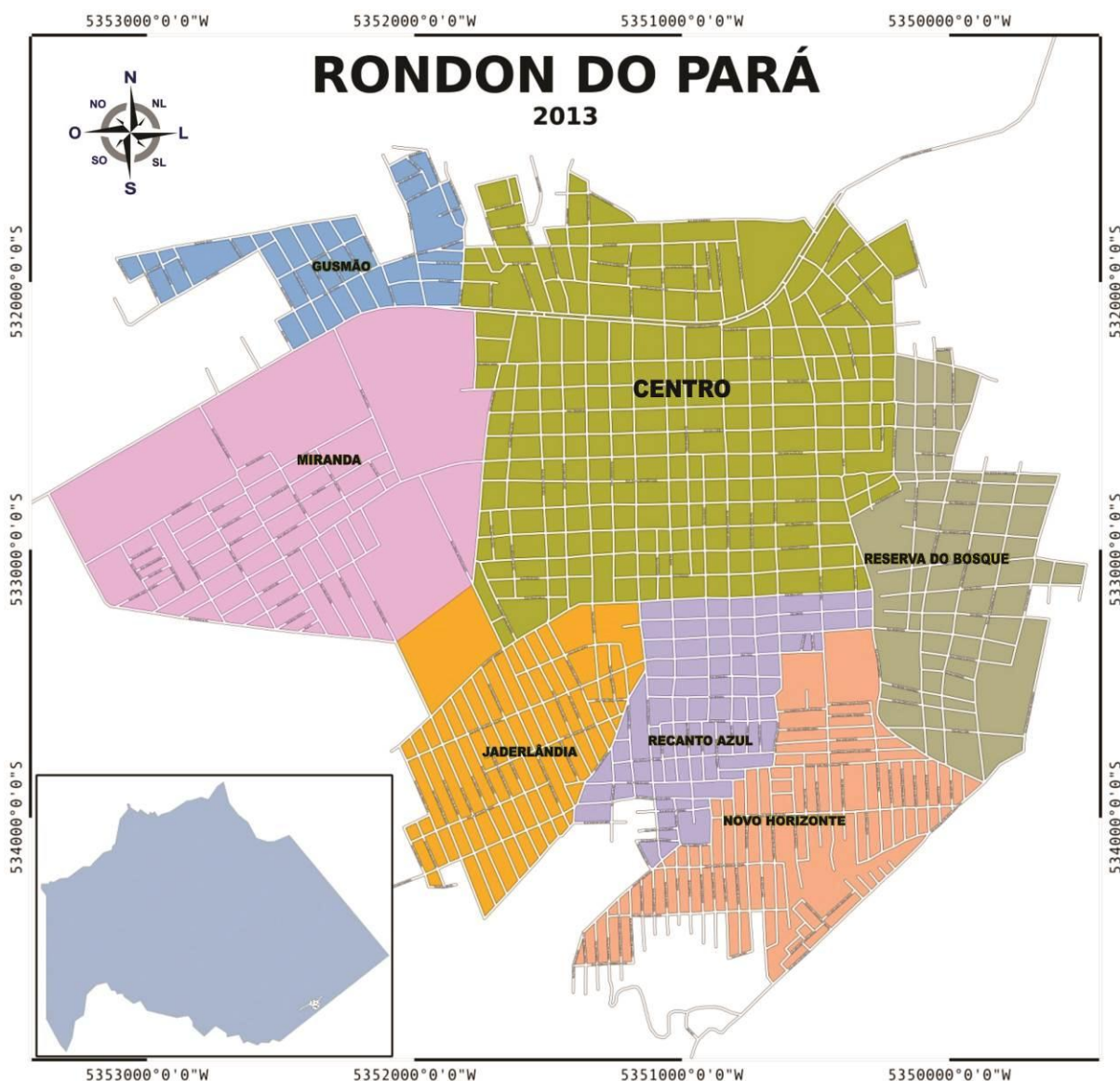
Aproveitando as variadas colheitas locais, fundaram a feirinha livre na “praça” do Bradesco, onde eram vendidos os mais variados produtos obtidos nas plantações próximas a sede da vila, movimentando a economia com o comércio de plantio.

Assim, a Vila Rondon foi crescendo até ser desmembrada de São Domingos do Capim em 13 de maio de 1983, sob a lei número 5.027 que deu origem ao Município de Rondon do Pará, tendo como limites ao norte os municípios Paragominas e Dom Eliseu; ao sul os municípios de Bom Jesus do Tocantins, Abel Figueiredo e Marabá; a leste o município de Dom Eliseu e o Estado do Maranhão; e a oeste os municípios de Jacundá, Goianésia.

Devido ao intenso crescimento demográfico com a chegada de inúmeros imigrantes, ocorrido a partir de meados da década de 1980 para trabalhar nas dezenas de serrarias implantadas no município e outros para compra de terras a preços ainda acessíveis, o difícil sistema habitacional ampliou-se de forma significativa, sendo necessária a criação de áreas próximas ao até então centro

residencial e comercial, para abrigar as populações desprovidas materialmente de condições financeiras.

Segundo Batista (2004), os então prefeitos em seus respectivos mandatos Gildeu Miranda (1982-1988) e Olávio Silva Rocha (1989-1993) foram fazendo doações de títulos a pessoas carentes que chegavam a Rondon do Pará à procura de trabalho e melhores condições de vida.



Mapa 02 – Expansão urbana da cidade de Rondon do Pará – PA.

Fonte: Mariel de Jesus – Secretaria do Meio Ambiente de Rondon do Pará, 2013.

Assim, bairros como Recanto Azul, Jaderlândia, Vila Miranda foram surgindo em seus pleitos, constituindo a expansão urbana local que tem o distrito administrativo, ou propriamente a cidade de Rondon do Pará, dividido em quatro

zonas estatísticas, sendo elas: Norte com os bairros Centro, Jardim Guanabara, Jardim Uberaba, Jardim Gusmão e Parque da Bandeira; Sul com os bairros Jaderlândia, Recanto Azul, Recantinho, Parque Elite e Parque Bela Vista; Sudeste com os bairros Jardim São Miguel e Novo Horizonte; Sudoeste com os bairros Parque São José e Miranda, comprovado pelo mapa 02 da página anterior.

Desta forma, as áreas urbanas, por constituírem ambiente onde a ocupação e a concentração humana se tornaram intensas e muitas vezes descontroladas, tornam-se locais sensíveis às gradativas transformações, à medida que se intensificam em frequência a intensidade do desmatamento, a ocupação irregular, a erosão e o assoreamento dos canais fluviais e, em particular, no Bairro Novo Horizonte em Rondon do Pará, torna-se preocupante a situação do Córrego dos Pebas.



Foto 01 – Trator abre estrada ao lado do Córrego dos Pebas.
Fonte: Júlia Freitas, 2009.

SURGE UM NOVO HORIZONTE...
...Proteção e sustentabilidade dos recursos naturais;
...Moradia digna;
...Aquecimento da economia;
...Encanto e recanto para o turismo, esporte e lazer.



**Uma verdadeira realização de sonhos.
Mais de onze mil pessoas beneficiadas.**

Figura 06: Material de divulgação do Bairro Novo Horizonte em Rondon do Pará-PA.
Fonte: Biblioteca Pública Municipal de Rondon do Pará-PA, 2010.

O referido córrego passa a sofrer danos com a construção irregular de uma estrada ao longo de seu percurso no referido espaço geográfico em construção, provocando a retirada da mata ciliar e, conseqüentemente, propiciando maior incidência de sedimentos em seu leito que poderá acarretar no assoreamento do mesmo, contradizendo o material oficial de divulgação da Prefeitura Municipal de Rondon do Pará na época da distribuição dos lotes.



Foto 02 - Estrada aberta ao lado do Córrego dos Pebas.

Fonte: Júlia Freitas, 2009.

A proteção e sustentabilidade divulgadas no material de apoio sobre a construção do mais novo bairro de Rondon do Pará em nada condiz com as imagens acima, visto tamanha agressão ao meio ambiente ao desrespeitar a lei que considera como Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, as faixas marginais de qualquer curso d'água natural, desde a borda da calha do leito regular em largura mínima de 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura de acordo com NOVO CÓDIGO FLORESTAL LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012.

Nota-se que os danos ambientais (desmatamento, a ocupação irregular, a erosão e o assoreamento do córrego) encontrados na área de estudo se correlacionam, direta ou indiretamente, com a expansão demográfica do Novo Horizonte, quando o então prefeito em exercício em 2010, o senhor Olávio da Silva Rocha decidiu comprar uma área de 20 (vinte) alqueires e doar os lotes do referido espaço geográfico, cumprindo promessa de campanha eleitoral, conforme matéria do editorial Rondon online, anexada.



Figura 07 – Matéria jornalística do Editorial Rondon Online
Fonte: Biblioteca Pública Municipal de Rondon do Pará – PA, 2010.

Assim, em Rondon do Pará, deu-se início a um novo bairro, uma vez que, de acordo com a Lei Orgânica Municipal, no Capítulo II da Política Urbana, dispõe entre outros:

Art. 154. A política de desenvolvimento urbano executado pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em Lei têm por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 2º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

Art. 157. O município cuidará do desenvolvimento das obras e serviços relativos a saneamentos e urbanismo com assistência da União e do Estado sob condições estabelecidas na Lei Complementar Federal.

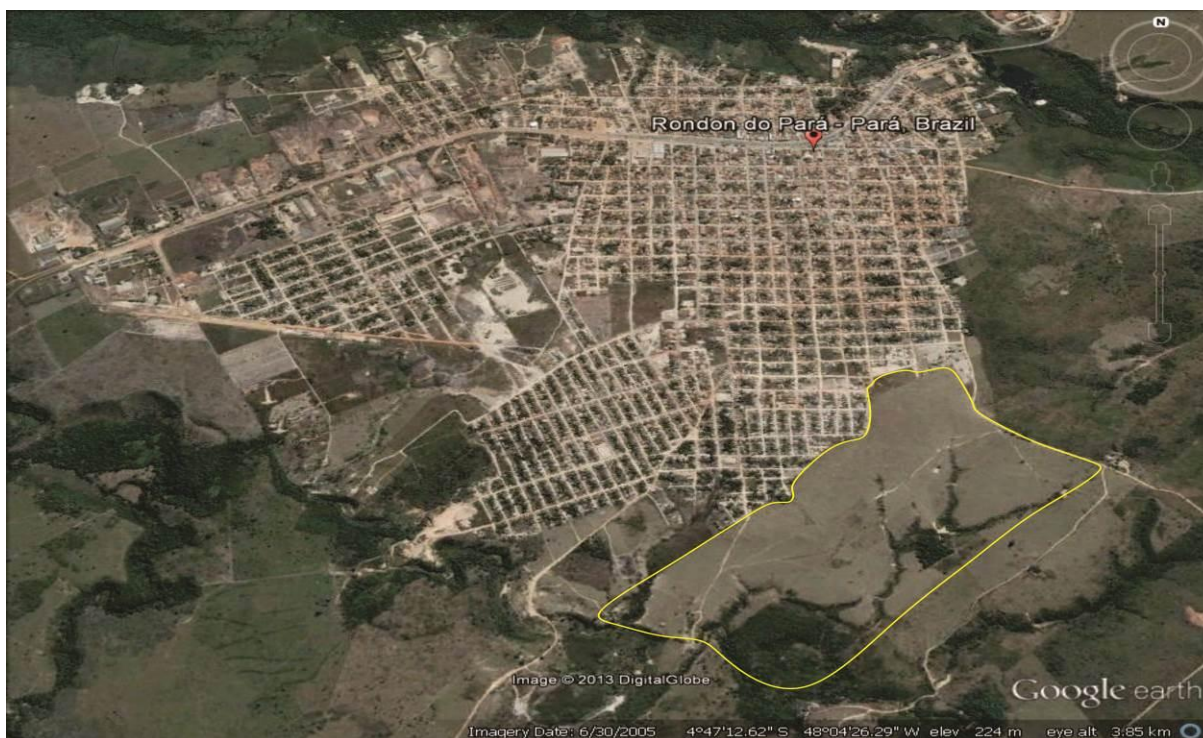


Figura 08 – Rondon do Pará antes da criação do Bairro Novo Horizonte
Fonte: Google Earth, 2005.

Sendo assim, mediante a necessidade de se criar áreas urbanas para a população de menor renda que foi anteriormente cadastrada junto a Ação Social Municipal, colocou-se em prática a legislação do município quanto à política urbana, desenvolvendo suas funções para garantir o bem-estar social de seus habitantes, desapropriando de Geidson de Jesus Lira, brasileiro, solteiro, autônomo, RG 4365666 – SSP-PA, CPF 882335372-68, residente e domiciliado à Rua Duque de Caxias, 231 em Rondon do Pará-PA uma área de 101.9905 ha (cento e um hectares, noventa e nove ares e cinco centiares), totalizando aproximadamente 1.019.905,00m² (um milhão dezenove mil e novecentos e cinco metros quadrados) pelo valor de 1.116.000,00 (um milhão cento e dezesseis mil reais) divididos em 36 (trinta e seis) parcelas, atendendo as exigências fundamentais da sociedade expressa no Plano Diretor.



Figura 09 – Rondon do Pará com destaque para o Bairro Novo Horizonte
Fonte: Google Earth, 2013.

Desta forma, uma nova configuração socioespacial foi colocada em prática, alterando a expansão urbana local, conforme revelam imagens anteriores.

Associado a essa nova configuração socioespacial, constata-se a agressão ao meio ambiente, quanto à destruição da pouca vegetação local e a redução de uma das faixas marginais do Córrego dos Pebas, com a construção irregular de uma estrada na evidente tentativa de criar uma amenidade social, que desrespeita o NOVO CÓDIGO FLORESTAL LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012, no que tange ao fato de ser respeitado no mínimo 30 (trinta) metros dos pequenos cursos d'água, conforme a Lei: CAPÍTULO II

DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Seção I

Da Delimitação das Áreas de Preservação Permanente

Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:

I – as faixas marginais de qualquer curso d'água natural, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

- a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;
- b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;



Foto 03 – Entulhamento mecânico feito à margem esquerda do Córrego dos Pebas, no Bairro Novo Horizonte.

Fonte: Gerciel Batista Pereira, 2013.



Foto 04 – Estrada construída irregularmente à margem esquerda do Córrego dos Pebas, no Bairro Novo Horizonte.

Fonte: Gerciel Batista Pereira, 2013.

Assim, ao se considerar Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos de lei, as faixas marginais de qualquer curso d'água natural, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura fica visível a agressão ao meio ambiente e desrespeito mediante a estrada aberta por trator à

margem esquerda do Córrego dos Pebas, assim como o entulhamento mecânico feito em determinada parte do referido curso d' água, conforme revelam as imagens anteriores.

Concomitante, se junta a esses danos ambientais os interesses econômicos particulares que ocorre no referido espaço geográfico, onde inúmeros ganhadores dos lotes, logo os disponibilizaram e continuam disponibilizando-os a venda, no intuito de receberem certos valores econômicos por algo que em nada tiveram gastos, tendo apenas concedido entrevista na qual fizeram o cadastro junto aos responsáveis pela Secretaria de Assistência Social, alegando serem detentores de baixo capital econômico e, com isso, necessitados quanto ao recebimento de um lote para construírem suas futuras residências, conforme revelam as fotos abaixo.



Fotos 05 e 06 – Lotes disponibilizados à venda no Bairro Novo Horizonte, em Rondon do Pará.

Fonte: Gerciel Batista Pereira, 2013.

Tal fato demonstra que a forma pela qual acontece a apropriação ou a transformação do meio “natural”, encontra-se subordinada ao conceito de propriedade. Portanto, é evidente que existem diferenças entre aquele que usa a natureza, onde se incorpora o solo, como necessidade e aquele que vê a natureza como propriedade privada e, como tal, efeito utilitarista, implicando uso espontâneo e conseqüentemente uma relação predatória.

Desta forma, o processo de ocupação e transformação de certas áreas no sistema de produção capitalista, que é uma relação homem-meio, encontra-se subordinada às relações homem-homem, que tem na relação de propriedade das

forças produtivas a categoria principal. Se tal relação de propriedade do capitalismo separa os homens em classes e o espaço é “mercadoria”, torna-se evidente que as diferenciações espaciais (acumulação de inúmeras formas e interações espaciais desenvolvidas em um período de tempo de certa duração – CORRÊA, 2007) resultam do próprio poder de compra ou daqueles que não o possuem e se apropriam ilegalmente.

Diante disso, enquanto se destinam as melhores condições topográficas (de relevo) àqueles que detêm o capital, sobram às áreas de risco (áreas consideradas impróprias ao assentamento humano por estarem sujeitas a riscos naturais devido à declividade) aos desvalidos e marginalizados da elite econômica, conforme revelam imagem e fotos do Bairro Novo Horizonte em Rondon do Pará, PA.



Figura 10- Área de acentuado declive, imprópria para edificações no Bairro Novo Horizonte.
Fonte: Google Earth, 2013.

No Novo Horizonte a população do bairro cresceu em pouco tempo. Entretanto, o mesmo desenvolvimento não está ocorrendo quando se verificam os projetos de implantação de infraestrutura de saneamento básico, sobretudo no que concerne ao esgotamento sanitário, contribuindo para o provável dano ambiental do corpo d'água da região que é o Córrego dos Pebas.



Foto 07 – Casas construídas em terreno irregular e embargadas pela Secretaria do Meio Ambiente de Rondon do Pará.

Fonte: Gerciel Batista Pereira, 2013.



Foto 08 – Casas construídas em terreno irregular e embargadas pela Secretaria do Meio Ambiente de Rondon do Pará.

Fonte: Gerciel Batista Pereira, 2013.

O referido bairro passou mais de um ano sem dispor de eletrificação, o que reduzia as condições dignas de moradia e segurança devido à escuridão total que ocorria a noite, sem falar na impossibilidade de usar produtos eletroeletrônicos que

propiciam maior conforto aos seus usuários. Todavia, a situação foi revertida a partir de 06 de março de 2012, conforme matéria em anexo do Jornal Cidade de Carajás.

Diário do Carajás
Marabá-PA SEXTA-FEIRA 09/03/12

RONDON

Novo Horizonte ganha energia

Inaugurada na terça-feira, energia chegou ao bairro graças a parceria feita entre prefeitura e Celpa

DENY SILVA
De Rondon do Pará

Ocorreu na noite de terça-feira (6) a inauguração de energia elétrica no Bairro Novo Horizonte, uma parceria entre Rede Celpa e Prefeitura de Rondon do Pará. Foram instalados 570 postes beneficiando cerca de 900 famílias residentes no bairro.

Além de grande participação popular, a inauguração contou com a presença da prefeita Cristina Malcher, os vereadores Edivan Vieira dos Santos, José Nabib Rocha e Carlos Almeida Vidal, além dos secretários que compõem o governo municipal, empresários, representantes de entidades, presidente da Associação Comercial, Francklin Melo, presidente da Apae de Rondon, Angela Puppo.

A iluminação no bairro leva às famílias muitas vantagens e oportunidades. A oportunidade de investimentos comercial no bairro que conta hoje com mais de 3 mil títulos de terrenos emitidos pelo Departamento de Terras da Prefeitura. As autoridades presentes destacaram a importância para todas as famílias da chegada da energia na vida de cada um deles. Foi uma noite de alegria onde foi celebrado um novo tempo para todos os moradores.

A prefeita Cristina Malcher classificou a ligação da energia como a concretização de um trabalho vitorioso no bairro recente que não tinha nenhuma infraestrutura. "Através de uma grande parceria entre a prefeitura de Rondon e a Celpa conseguimos beneficiar o único bairro que ainda não possuía energia elétrica e também fizemos a reformulação da rede em algumas áreas da cidade. O benefício da energia elétrica também influencia na melhora da segurança pública, que está diretamente relacionada", afirma.

A prefeitura também anunciou os próximos investimentos que serão feitos no bairro Novo Horizonte. "No fim do ano passado assinamos um convênio com o governo federal na ordem de quase R\$ 4 milhões para implantarmos o sistema de abastecimento de água. Estamos aguardando a liberação para darmos início às obras, que devem começar daqui a dois meses", assegura.

Moradores do bairro compareceram em massa à chegada da energia elétrica



Figura 11 – Matéria jornalística sobre inauguração da energia elétrica no Bairro Novo Horizonte em Rondon do Pará.

Fonte: Diário do Pará. Caderno Diário do Carajás, 09/03/2012.

Assim, conforme matéria do jornal, a concretização dessa nova infraestrutura trouxe benefícios à população do bairro em questão ao propiciar além de maior segurança e conforto residencial, a possibilidade de instalação de pontos comerciais no referido espaço geográfico em produção.

A implantação do sistema de água e esgoto ainda não foi efetuado. Para o abastecimento de água nas residências, está sendo utilizado um caminhão pipa cedido pela Prefeitura Municipal, que capta água tratada em um posto do SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) e passa uma vez por semana, distribuindo o recurso natural àqueles que dispõem de caixas d'água e outros recipientes para guardar o indispensável recurso, sem que seja necessário pagar pelo serviço prestado.

No momento, está sendo construída a caixa d'água que servirá de depósito para fazer a distribuição da água tratada, bem como o sistema de canos subterrâneos pelas ruas do bairro em questão, conforme imagem abaixo.



Foto 09 – Construção da caixa d'água para abastecimento de água do Bairro Novo Horizonte em Rondon do Pará – PA.

Fonte: Gerciel Batista Pereira, 2013.

Quanto ao sistema de recolhimento de lixo produzido pela população, está sendo feito de forma precária, pois conta apenas com um funcionário que percorre as ruas em uma carroça de tração animal, recolhendo o que a população coloca em sacos plásticos e descartando-o/jogando-o no “lixão da Jaderlândia”.

O lixo que não é recolhido acaba sendo jogado em terrenos ainda não ocupados ou em pontos isolados de ruas menos movimentadas conforme imagens anexadas posteriormente.



Foto 10 e 11 – Lixo jogado em locais inadequados no Bairro Novo Horizonte em Rondon do Pará.

Fonte: Gerciel Batista Pereira, 2013.

Sabemos que a expansão de uma cidade envolve fatores ambientais, econômicos, sociais, culturais e políticos. Todavia, deve-se levar em consideração a necessidade de uma organização no espaço e no planejamento urbano que perceba a atuação de fatores econômicos e sociais sobre a natureza das cidades e, em particular, a cidade de Rondon do Pará, especificadamente no Bairro Novo Horizonte, para uma melhor qualidade de vida no seu espaço urbano.

Hoje, a população de Rondon do Pará, de acordo com estimativas do IBGE (2012) é de 48.036 habitantes, possuindo uma área de 8.277.379 km², localizado na região Sudeste do estado do Pará.

Com uma vegetação caracterizada por áreas de florestas tropicais, cerrados, campos e capoeiras, apresenta situação preocupante devido à ação de madeireiras, de carvoeiros e pecuaristas, deixando-a um tanto quanto reduzida devido à remoção da cobertura vegetal através do processo de desmatamento primário e secundário voltado para a extração de madeiras de lei, aquisição de lenhas para a produção do carvão vegetal e formação de pastos para a prática da pecuária. Em relação à hidrografia, os rios mais importantes do município são o Rio Ararandeuá e o Córrego dos Pebas (que margeiam a sede municipal), bem como o rio do Ouro – único nascido no município – além dos córregos do Marcelino e da Prata. (EMBRAPA, 2003).

Esse capítulo procurou abordar em que medida os processos de uma urbanização atuando em conjunto com fatores relacionados ao ambiente, podem ser

responsáveis por uma série de impactos que irão causar a degradação ambiental de uma determinada área, bem como poderão ter consequências danosas para a população que habita esse espaço geográfico em construção.

Dessa forma, não basta estudar fatores, tais como: localização, distâncias, mudanças nas condições ecológicas de forma associada às características demográficas do ambiente construído ou em construção que é a cidade e seus bairros, para entender os problemas/danos ambientais. A compreensão desses problemas/danos ambientais, como processo, depende, sobretudo, de se compreender a história (não linear) de sua produção, o modelo de desenvolvimento urbano e os padrões de diferenciação social.

CAPÍTULO II

OS REFLEXOS DA EXPANSÃO URBANA SOBRE A QUALIDADE AMBIENTAL DO BAIRRO NOVO HORIZONTE

O espaço urbano é resultado das transformações sobre o meio físico ao longo dos anos. Inúmeros pesquisadores tratam do tema em função dos impactos a que a cidade está submetida. Assim, busca-se de forma integrada determinar variáveis, avaliar, diagnosticar, compreender e prever os efeitos da ocupação humana sobre o meio físico, assim como sua dinâmica temporal.

O processo histórico de ocupação deste espaço, bem como suas transformações, em determinada época ou sociedade, fazem com que esse meio ambiente tenha um caráter dinâmico (GUERRA e CUNHA, 1996).

O desrespeito ao meio físico no ambiente urbano pode ser analisado de diversas formas, seja através dos impactos ambientais (deslizamento das encostas devido retirada da vegetação original e construções irregulares, mortandade de peixes em lagos e rios poluídos), seja através do desrespeito ou ausência de uma legislação ambiental pertinente. Geralmente, as áreas urbanas têm sido vistas tradicionalmente como espaços “mortos”, do ponto de vista ecológico (MONTE-MÓR *apud* MONTEIRO, 2005). As cidades constituem hoje o maior exemplo de degradação ambiental, colocando em risco a segurança e a qualidade de vida de sua população, constituindo um plano de embates ecológicos.

Segundo Silva (2006), muitas leis orgânicas dos Municípios exigem que estes organizem sua administração e exerçam suas atividades com base num processo de planejamento permanente, descentralizado e participativo, como instrumento de democratização da gestão da cidade, de estruturação da ação do Executivo e orientação da ação dos particulares, considerando-se como processo de planejamento a definição de objetivos determinados em função da realidade local e da manifestação da população, a preparação dos meios para atingi-los, o controle de sua aplicação e a avaliação dos resultados obtidos.

Nesse sentido, as leis orgânicas municipais diferem quando enumeram os instrumentos do planejamento municipal, sendo que umas declaram que o processo de planejamento se integra do plano diretor, do plano plurianual e dos planos

setoriais, regionais, locais e específicos, enquanto outras mencionam um plano de desenvolvimento integrado, lei de diretrizes orçamentárias e orçamento anual. (SILVA, 2006).

Todavia, o processo de planejamento permanente do Município realiza-se em suma pela elaboração, manutenção atualizada e execução de: I – um plano de desenvolvimento municipal, que é o plano de governo, pelo qual cada prefeito definirá as prioridades e objetivos de seu governo em função da realidade local; II – os planos regionais, setoriais e especiais, que couberem; III – o plano diretor, como instrumento básico da política de desenvolvimento urbano, e os demais planos urbanísticos (particulares, parciais, especiais ou setoriais) exigidos pela realidade local; IV – o plano plurianual, que define, em consonância com o plano de governo e o plano diretor, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Municipal; V – a lei de diretrizes orçamentárias, que, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, definirá, em termos financeiros, as metas e as prioridades do governo local, orientará a elaboração do orçamento anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária, se tais alterações houverem que ser feitas; VI – o orçamento anual. (SILVA, 2006).

Assim sendo, o plano diretor é nos termos da Constituição e do Estatuto da Cidade, o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, sendo obrigatório para cidades com mais de 20.000 habitantes, integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas e de áreas de interesse turístico, onde o Poder Público Municipal pretenda utilizar os instrumentos do parcelamento, edificação e utilização compulsórios ou inseridos na área de influência de empreendimentos ou atividades com significado impacto ambiental de âmbito regional.

Trata-se de plano, porque estabelece os objetivos a serem atingidos, o prazo em que estes devem ser alcançados (ainda que, sendo plano geral, não precise fixar prazo, no que tange às diretrizes básicas), as atividades a serem executadas e quem deve executá-las. É diretor, porque fixa as diretrizes do desenvolvimento urbano do Município, tendo como objetivo geral promover a ordenação dos espaços habitáveis do Município. (SILVA, 2006).

Dentro do plano diretor, o aspecto físico refere-se à ordenação do solo municipal sendo sem dúvida, seu aspecto fundamental, dado que é nele que se manifesta o fundamental da competência dos Municípios no sistema constitucional

brasileiro. É ai, também, que se realiza a função urbanística essencial dos Municípios. O planejamento territorial, em que se traduz o planejamento urbanístico municipal, visa a transformar a organização do solo no sentido da melhoria da qualidade de vida da população local. (SILVA, 2006).

Quanto ao aspecto econômico do uso do solo, o plano diretor há de projetar a longo prazo a necessidade de solo para fins residenciais, para ruas e para espaços livres, a fim de atender à demanda da população crescente, segundo previsões estabelecidas no qual o aspecto social é relevante em urbanismo, pois este configura um dos meios de buscar a melhoria da qualidade de vida da população, através das transformações que se impõem aos espaços habitáveis. (SILVA, 2006).

De acordo com Silva (2006), os planos urbanísticos são aprovados por lei, sendo uma exigência do princípio da legalidade no sistema brasileiro, que não admite que se crie obrigação e se imponha constrangimento senão em virtude de lei (CF, art. 5º, II; Estatuto da Cidade, art. 40). E, quanto ao plano diretor, é a própria Constituição Federal que exige sua aprovação pela Câmara Municipal, e as leis orgânicas dos Municípios, em geral, estatuem que ele deve ser aprovado pelo voto qualificado de dois terços dos membros daquela – o que lhe atribui certa rigidez. Assim, os elementos do plano ficam fazendo parte integrante dessa lei, transformando-se, pois, em normas jurídicas.

Quando o crescimento urbano não é acompanhado por aumento e distribuição equitativa dos investimentos em infraestrutura e democratização do acesso aos serviços urbanos, as desigualdades socioespaciais e os danos ambientais são gerados ou acentuados. Na nova elaboração de políticas públicas destinadas a reorientar o desenvolvimento sustentável da cidade não se pode ignorar que existe “uma forma social e durável de apropriação e uso do meio ambiente dada pela própria natureza das formações biofísicas”, isto é, que existe uma “diversidade de formas sociais de duração dos elementos da base material do desenvolvimento” (ACSELRAD, 1999, p.81).

Faz parte do senso comum atribuir aos seres humanos, ao se concentrarem em determinado espaço físico, a aceleração inexorável dos processos de danos ambientais. Ou seja, os danos ambientais crescem na proporção em que a concentração populacional aumenta. Logo, cidades e problemas ambientais teriam entre si uma relação de causa-efeito rígida. Mais, os seres humanos são, por

natureza, depredadores e aceleradores dos processos erosivos. Assim, as vítimas dos danos ambientais são responsabilizadas e transformadas em culpados.

Todavia, a complexidade das condições biofísico-químicas, de um lado, e a complexidade do espaço urbano associado à estrutura de classes sociais, de outro, colocam limitações tanto à evolução determinística quanto à fé excessiva na capacidade auto-organizativa dos sistemas ecológicos (biofísico-químicos) e sociais. Por isso, a elaboração de conceito de danos ambientais requer mudanças na noção de sistemas dinâmicos, através da concepção de sistemas complexos, não lineares e longe do equilíbrio (COELHO, 2012).

Devemos acima de tudo lembrar que espaço é o meio, o lugar material da possibilidade de eventos, o meio onde a vida se torna possível (SANTOS, 1994 *apud* COELHO, 2012). O espaço, como uma dimensão das relações entre sociedade e natureza, isto é, uma dimensão da reprodução social (SANTOS, 1997 e 1994; e GOTTDIENER, 1993 *apud* COELHO, 2012), é socialmente construído. A concepção de espaço social é assim resumida por Souza (1997, p.23):

“O espaço social é, principalmente ou em sua dimensão material e objetiva, um produto de transformação da natureza (do espaço natural: solo, rios, etc.) pelo trabalho social. Palco das relações sociais, o espaço é, portanto, um palco verdadeiramente construído, modelado, embora em graus muito variados de intervenção e alteração pelo homem, das mínimas modificações induzidas por uma sociedade de caçadores e coletores (impactos ambientais fracos) até um ambiente destruído e altamente artificial como uma grande metrópole contemporânea (fortíssimo impacto sobre o ambiente natural), passando pelas pastagens e pelos campos de cultivo, pelos pequenos assentamentos etc. Não é um espaço abstrato ou puramente metafórico (acepção usual no domínio do senso comum e em certos discursos sociológicos, a começar por Durkheim), mas um espaço concreto, um espaço geográfico criado nos marcos de uma determinada sociedade.”

Concomitantemente, o ambiente ou meio ambiente é social e historicamente construído. Sua construção se faz da interação contínua entre uma sociedade em movimento e um espaço físico particular que se modifica simultaneamente. O ambiente é passivo e ativo. É, ao mesmo tempo, suporte geofísico, condicionado e condicionante de movimento, transformador da vida social.

Ao ser modificado, torna-se condição para novas mudanças, modificando, assim, a sociedade. Nisto, a sociedade transforma o ecossistema natural, criando com a civilização urbana um meio ambiente urbano, ou seja, um novo meio, um

novo ecossistema, ou melhor, um ecossistema urbano (uma totalidade de relações e de interações no seio de uma unidade tão localizável como um nicho: o aglomerado urbano) no ecossistema natural (MORIN 1998 *apud* COELHO 2012). (SANTOS 1994 *apud* COELHO 2012) refere-se à cidade como “um meio ambiente construído, que é o retrato da diversidade das classes, das diferenças de renda e dos modelos culturais”. Na interação entre sociedade e natureza, como entender os danos ambientais?

O processo de estruturação das cidades, comumente impulsionado por objetivos econômicos, em busca da maximização da rentabilidade mediante ao aumento do preço da terra, tende a provocar diversos impasses no que concerne à manutenção da qualidade do meio ambiente urbano. No caso da cidade de Rondon do Pará, impulsionado por objetivos políticos, a expansão tem se direcionado, sobretudo para o sul-sudeste da cidade, como exemplo desse processo.

Se, por um lado, o poder público, apesar da incapacidade em atender às diversas demandas sociais, torna-se o principal agente na produção do espaço urbano, por meio de planos e intervenções urbanas, concentrando e investindo nas funções urbanas mais essenciais; por outro, o capital privado, cujas ações buscam notadamente a rentabilidade, utiliza o planejamento urbano para atender aos interesses destes que conseguem a doação dos lotes, vendendo-os posteriormente a terceiros, quando se observa as primeiras construções e infraestruturas no local.

Os danos ambientais encontrados na área de estudo refletem a forma predatória de expansão urbana que vem sendo implantada em Rondon do Pará. Desse modo devem ser analisados como mudanças de relações ecológicas e sociais, que se referem a um momento de um processo de transformação contínuo. Por isso, a problemática dos danos ambientais urbanos deve ser encarada de uma perspectiva de metamorfose entre o fato natural e o fato político e social. Se as relações entre natureza e sociedade pressupõem mutabilidade constante, isso significa que, provavelmente, “o dano ambiental é, ao mesmo tempo, produto e produtor de novos danos, pois tanto sofre a ação das atividades humanas quanto se transforma, instaurando assim uma nova relação entre o natural e o social, onde o ambiente é passivo e ativo” (COELHO, 2012, p.23).

Todavia, no estudo dos danos ambientais há que se analisar o tema sob dois aspectos. Primeiro, as questões ambientais são resultado da associação de forças políticas e sociais, que frequentemente priorizam os interesses das classes

dominantes. Segundo, a classificação usual de positivos e negativos, deve ser relativizada em razão do grupo social referente, pois o que é positivo para um grupo social pode ser negativo para outro, e vice-versa.

Comumente, se, por um lado, esses danos ambientais, resultados de atividades econômicas, afetarão mais intensamente os grupos sociais menos favorecidos, que impossibilitados de ocupar áreas ambientalmente mais seguras, permanecerão em áreas de risco ambiental; por outro, esses danos também promoverão inúmeras transformações tanto na natureza e na sociedade quanto nas suas interrelações (COELHO, 2012).

Esses fatores são responsáveis por alguns danos ambientais, tais como a alteração da paisagem, a modificação do uso do solo, entre outros. Igualmente, associam-se à falta de infraestrutura de saneamento ambiental, notadamente quanto ao tratamento e ao destino final dos efluentes domésticos, tornando inevitável o surgimento de problemas ambientais, como poluição e eutrofização dos corpos hídricos e assoreamento do Córrego dos Pebas.

Segundo Araújo (1999) a degradação da qualidade ambiental urbana em decorrência de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente natural remanescente e cultural (construído), torna-se cada vez mais presente e visível no cotidiano das cidades brasileiras, expostas a toda sorte de impactos e agressões, advindos principalmente da intensa concentração populacional nos grandes centros e do contínuo processo de urbanização e industrialização.

As atividades humanas na cidade, se não realizadas disciplinadamente, seguindo os adequados parâmetros urbanísticos e ambientais, causam diversos tipos de poluição, com sacrifício à qualidade de vida (AGUIAR, 1996), acirrando o indesejável conflito entre os interesses da proteção ambiental e do desenvolvimento socioeconômico, contrariando os princípios do almejado desenvolvimento sustentável para concretizar-se necessita, não do conflito, mas da conciliação entre seus interesses.

Neste caso especificadamente é possível notar como a atividade em prol do desenvolvimento socioeconômico no Bairro Novo Horizonte acaba dando origem a um resultado negativo para com o meio ambiente ao produzir elevada carga de sedimentos ao remover parte do solo para a abertura das ruas e escavações para instalação da rede de abastecimento de água que serão transportados durante o período das chuvas para o leito do Córrego dos Pebas, bem como de uma estrada à

margem esquerda do referido córrego, conforme revelam as imagens anexadas (ver fotos 12 e 13).



Foto 12 - Elevada carga de sedimentos em rua próxima ao Córrego dos Pebas no Bairro Novo Horizonte em Rondon do Pará.

Fonte: Gerciel Batista Pereira, 2013.



Foto 13- Deslizamento de terra à margem esquerda do Córrego dos Pebas no Bairro Novo Horizonte em Rondon do Pará.

Fonte: Gerciel Batista Pereira, 2013.

Os loteamentos e construções, intervenções urbanísticas diversas, serviços de infraestrutura, enfim, várias atividades e acontecimentos importantes na dinâmica da cidade, mas que sem a devida avaliação e controle de suas implicações ambientais acabam causando alterações adversas nas características do meio ambiente urbano, com reais prejuízos à coletividade, caracterizando-se, assim, a ocorrência dos danos ambientais urbanos.

Como marco na estruturação da legislação ambiental brasileira surge a Lei Federal nº 6.938, de 31/08/81, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, que, dentre seus inúmeros méritos, estabeleceu o princípio segundo o qual os responsáveis por danos causados ao meio ambiente devem ser responsabilizados e obrigados a indenizá-los ou repará-los, independentemente da existência de culpa, prevendo uma Ação Civil Pública, que veio a ser regulamentada em 24/07/85 pela Lei Federal nº 7.347.

Entendendo meio ambiente como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abrigam e regem a vida em todas as suas formas pelo Art. 3º, inciso I pela Lei Federal nº 6.938/81, o meio ambiente passou a ser visto como um sistema a merecer tutela contra os danos ambientais que (MILARÉ, 1993 *apud* ROSA, 1998) é definido como a lesão aos recursos ambientais com conseqüente degradação – alteração adversa ou *in pejus* – do equilíbrio ecológico.

A degradação como alteração adversa do equilíbrio ecológico pode significar, por exemplo, uma modificação das propriedades físicas e químicas dos elementos naturais de tal ordem, que estes percam, parcial ou totalmente, sua propriedade ao uso.

Oliveira (1995) considera dano ambiental qualquer lesão ao meio ambiente causada por ação de pessoa, seja ela física ou jurídica, de direito público ou privado. O dano pode resultar na degradação da qualidade ambiental (alteração adversa das características do meio ambiente), como na poluição, que a lei define como a degradação da qualidade ambiental resultante de atividade humana.

A lei mencionada por Oliveira (1995) é a Lei nº 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente), que além do mérito de trazer para o mundo do Direito o conceito normativo de meio ambiente como objeto específico de proteção em seus múltiplos aspectos, trouxe também os conceitos de degradação da qualidade ambiental, poluição, poluidor e recursos ambientais, além de estabelecer a obrigação do

poluidor pagador de reparar os danos causados, segundo o princípio da responsabilidade objetiva (ou sem culpa), em ação movida pelo Ministério Público.

A definição legal da expressão *dano ambiental* não existe de forma explícita na legislação ambiental, mas encontra-se implícita na conjugação dos conceitos de degradação da qualidade ambiental e poluição, colocados pelo art. 3º, incisos II e III, da Lei nº 6.938/81, citando-se também, por correlação (incisos IV e V), os conceitos de poluidor e recursos ambientais, na forma que se segue:

II – degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente;

III – poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante da atividade que direta ou indiretamente:

- a) prejudique a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- b) crie condições adversas às atividades sociais e econômicas;
- c) afete desfavoravelmente a biota;
- d) afete as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;
- e) lance matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

IV – poluidor, a pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

V – recursos ambientais, a atmosfera, às águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo e os elementos da biosfera, a fauna e a flora.

Como os alunos vivem a cidade de forma diferenciada, com suas representações sociais não sendo as mesmas, onde cada aluno possui uma história de vida, valores, experiências, sonhos, desejos e percepções que lhe são próprias, os problemas urbanos de Rondon do Pará e, especificadamente, os do bairro Novo Horizonte, poderão contribuir na ampliação do conhecimento, permitindo a busca de novos caminhos para que a escola seja o espaço de formação e reflexão sobre a cidade, criando e recriando a formação educativa e cidadã a partir do momento que o aluno compreenda que faz parte do contexto geográfico, e que é sujeito da sua própria história.

Logo, dar-se-á uma oportunidade pedagógica para o estudo das categorias geográficas na compreensão da dinâmica social e espacial, extrapolando as visões fragmentadas e naturalizadas desses problemas.

CAPÍTULO III

A ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ADOLFO SOARES DE MORAES E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DOS DANOS AMBIENTAIS NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Não se trata mais de nenhuma novidade científica o conhecimento de que a educação acontece por meio de várias “instituições” sociais e atividades humanas como família, mídia, etc., antecedendo e extrapolando a escola. Todavia, apesar desta constatação, pouco se tem realizado na prática, na medida em que se vive em uma sociedade, notando a decadência/perversão do processo educacional.

Confirma-se, então, a importância da educação geográfica que está na necessidade de articulação entre as práticas de ensino e aprendizagem da Geografia, buscando-se a compreensão da complexa (re) organização socioespacial do mundo.

A educação geográfica apoiará os sujeitos-alunos a formarem uma consciência da espacialidade dos fenômenos vivenciados como parte da sua história sociocultural: consciência da possibilidade de intervenção no mundo, do agenciamento da condição de sujeitos nesse mundo. Assim, os atos de ler o mundo, indagar-se sobre ele, questioná-lo, explicá-lo, implicam – ao educador – entender a educação geográfica como processo que entende o sujeito-aluno enquanto agenciador, alguém que, ao ler o mundo, projeta um mundo; e a Geografia escolar assume capital relevância na formação da consciência espacial-cidadã. (NOGUEIRA E CARNEIRO, 2009, p.12).

É fundamental que o corpo discente de uma unidade escolar possa perceber, em diversos fenômenos naturais, encadeamentos e relações de causa-efeito que condicionam a vida no espaço (geográfico) e no tempo (histórico) – sem necessariamente um determinismo natural – utilizando essa percepção para posicionar-se criticamente diante das condições ambientais de seu meio (BRASIL, 1998).

Sendo assim, analisando a história da referida escola e a representação socioespacial que os alunos da 5ªSérie/6ºAno moradores do Bairro Novo Horizonte possuem a respeito dos danos ambientais locais, constatamos que houve um tempo em que a comunidade rondonense possuía duas escolas com o mesmo nome.

Tratava-se da Escola Estadual de 1º e 2º graus Dr. Dionísio Bentes de Carvalho, a qual atendia alunos do Ensino Fundamental e Médio.

Com o desenvolvimento do Município e, conseqüentemente, o crescimento da demanda por vagas nesses níveis de ensino, houve a necessidade de se criar uma escola para atender aos alunos do Ensino Fundamental, uma vez que o prédio já não comportava um grande número de alunos.

Com a municipalização em 1998 e a divisão da referida escola em Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Dionísio Bentes de Carvalho e Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Dionísio Bentes de Carvalho, a comunidade reivindicou a construção de uma escola própria que atendesse a demanda do Ensino Fundamental no Município.

Finalmente, depois de alguns anos de espera a Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfo Soares de Moraes foi inaugurada no dia 13 de julho de 2003, através do Decreto 057/2003, no pleito do prefeito municipal Sr. Moisés Soares de Oliveira e da então Secretária Municipal de Educação, a Sr^a. Rosa Maria Peres Lima, iniciando seus trabalhos com 480 alunos de 5ª a 8ª séries.

O nome dado à escola foi em homenagem ao senhor Adolfo Soares de Moraes, o qual discursivamente foi indicado como um dos que mais contribuíram ao desenvolvimento do município de Rondon do Pará, uma vez que ele fora um dos pioneiros no ramo de serraria, chegando a Rondon do Pará no ano de 1971. E, na condição de empresário, criou mais de 360 empregos diretos, num período de 10 anos, além de implantar um rádio transmissor, através do qual servia a população, já que este era o único meio de comunicação por ondas eletromagnéticas da época no local.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfo Soares de Moraes está localizada no centro da cidade, à Rua Gonçalves Dias, s/n, esquina com a Rua Santo Antônio. O bairro possui ruas calçadas sem devidas sinalizações. Todavia, na proximidade da escola o esgoto não é tratado, bem como em toda a cidade revelando um dos mais graves danos ambientais com o despejo direto no Rio Surubiju que atravessa diretamente a sede municipal. O bairro não conta com área de lazer para as crianças e adolescentes e as famílias moradoras em sua maioria são de classe social média.

Apesar de a Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfo Soares de Moraes ser de grande porte, não possui uma quadra de esporte para a realização

das atividades práticas de Educação Física. Faltam muitas adequações para que a escola atenda todos os anseios dos educadores, bem como de toda comunidade escolar. Todavia, tem conseguido realizar um bom trabalho perante a comunidade, desempenhando o seu papel social e pedagógico, contribuindo na formação de crianças e adolescentes “conscientes” de suas práticas sociais e das mudanças que estas podem provocar em suas vidas.

É um referencial importante como escola de 5ª a 8ª series de Rondon do Pará e na vida das pessoas que vivem em seu entorno e que procuram o conhecimento sistematizado em seu interior. Realiza várias atividades e projetos com o intuito de propiciar conhecimento e diversidade cultural.



Foto 14- Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfo Soares de Moraes após reforma em 2012.

Fonte: Gerciel Batista Pereira, 2013.

Em 2011, atingiu a nota 4,8 no IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – sendo que a previsão do Governo Federal para a escola é de 5,0 em 2021. Assim, a nota 4,8 aumentou o desafio, uma vez que se entende ser preciso manter ou aumentar esse percentual com o engajamento, compromisso e fortalecimento de todos os colaboradores, educandos e pais.

Quanto ao processo de ensino-aprendizagem as dificuldades são muitas, devido às salas muito quentes, inadequação de espaços pedagógicos, falta de

acompanhamento efetivo dos pais – principalmente no turno vespertino – indisciplina, aulas monótonas, falta de interesse dos alunos, falta de contexto com a realidade dos alunos, etc. Porém, ressalte-se que boa parte dos alunos gosta da maneira como as aulas e conteúdos são repassados e reconhecem que precisam prestar mais atenção nas explicações e realizações de tarefas, estudarem mais, conversar menos e colaborar mais com os professores e com a escola.

Os professores por sua vez reclamam da falta de espaços adequados e equipamentos e maior interesse dos alunos para terem melhor sucesso. Um dos fatores que atrapalham o desenrolar das atividades é o fato de boa parte os pais dos alunos do turno matutino não permitirem a realização de trabalhos extraclasse em grupo, mas, apesar disso, são pais presentes na vida de seus filhos e no acompanhamento pedagógico. Estes têm bom relacionamento com a escola. Entretanto, os pais dos alunos do turno vespertino são mais ausentes, não colaboram e nem acompanham seus filhos nas atividades extraclasse e na escola.

A escola possui laboratório de informática com 08 (oito) CPUs (Unidade Central de Processamento ou *Central Processing Unit*) e 17 (dezessete) monitores. No entanto, não funciona porque até o presente momento não existe a figura de um(a) monitor(a) para trabalhar no mesmo. Há também uma biblioteca que funcionava precariamente devido à falta de mobiliário adequado para acomodar os alunos e boa parte dos livros estão muito velhos. O acervo é do Programa Brasileiro de Biblioteca Escolar do Governo Federal – MEC. A escola com os recursos do PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola – já adquiriu mesas, cadeiras, armários e prateleiras para a biblioteca a qual em 2013 está funcionando com capacidade para atender até 40 (quarenta) alunos.

No processo de gestão, constata-se que é preciso aperfeiçoar a gestão compartilhada em que todos os membros da comunidade escolar participem efetivamente das decisões e soluções para a melhoria de todo processo educacional. O problema da falta de comunicação entre os colaboradores e transparência com os gastos realizados também é outro fator que dificulta a realização de uma gestão mais democrática.

Outra dificuldade da escola em questão é a ausência de uma rotina organizada que direcione todas as ações para efetivação dos objetivos e metas, pois a coordenação e direção ficam sempre resolvendo atritos entre alunos, com a

sensação de incapacidade para atender todas as demandas educacionais da referida unidade de ensino.

A escola possui um Conselho Escolar que pode ser fundamental para a dinamização da gestão, atuando da melhor forma possível mediante suas atribuições, sendo formado por representantes de pais, estudantes, professores e demais funcionários, membros da comunidade local e a diretora da escola.

No que diz respeito à formação continuada, a coordenação tem dificuldade em realizá-la plenamente devido a falta de tempo para estudos e preparação desta, uma vez que a escola atende quase 1000 (mil) alunos e possui 28 (vinte e oito) professores de disciplinas diversas para também serem atendidos por duas coordenadoras, com muitos casos de alunos necessitados de atendimento psicopedagógico e psicológico, além dos alunos portadores de necessidades especiais que são incluídos e, também, não recebem tratamento diferenciado, por despreparo da coordenação e professores.

Todavia, mesmo diante das dificuldades, as horas-atividades são proveitosas e utilizadas para estudos, debates, discussões das temáticas e problemáticas que norteiam o universo escolar da Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfo Soares de Moraes.

Em 2012 a Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfo Soares de Moraes, elaborou o Projeto Educar para a Paz, tratando de temáticas como a preservação do meio ambiente e patrimônio público, respeito com as diferenças, saúde, afetividade, cidadania e *bullying*.

O principal objetivo do projeto é integrá-lo no currículo escolar, visando educar crianças e adolescentes para que possam ter uma vida de cidadania plena, em que direitos e deveres sejam exercidos e respeitados no dia a dia, a natureza seja preservada e o outro seja visto como ser humano, respeitando as diferenças.

Muitos outros projetos são realizados pelos professores e equipe diretiva com os alunos, como: projetos de leituras, noite cultural com ênfase no dia da consciência negra, gincanas cívica e bíblica, exposições, olimpíadas e etc. Todos esses eventos contam com a participação efetiva dos alunos, os quais demonstram bastante interesse e a aprendizagem é muito mais significativa.

Especificadamente não há projetos desenvolvidos pela escola que trate diretamente da questão ambiental. O assunto é abordado apenas mediante alguns tópicos tratados nos livros didáticos dependendo do conteúdo trabalhado em sala. O

que ocorre é a sensibilização por parte dos professores e equipe administrativa e/ou pedagógica para que se mantenham as salas limpas, bem como o pátio, além de evitar o desperdício de água nos banheiros e bebedouro.

Todavia, quando a Secretaria do Meio Ambiente promove ações/gincanas visando recolhimento de embalagens descartáveis (garrafas *pets*, caixas de leite, etc.), passeio ciclístico em prol do meio ambiente e plantio de mudas em áreas degradadas, a adesão é unânime por parte daqueles alunos que os pais autorizam por escrito.

Quanto às diretrizes pedagógicas, a escola segue as orientações do Sistema Municipal de Ensino, as quais são embasadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica – LDB – 9.394/96, bem como nas demais diretrizes e legislação para a educação a nível nacional, estadual e municipal. Ressalta-se que a escola realiza avaliação diagnóstica de entrada e saída de Língua Portuguesa e Matemática do GESTAR-MEC, objetivando diagnosticar as principais dificuldades no processo de ensino-aprendizagem e proporcionar a escola e aos professores um retrato real da situação do aluno e, a partir dessa avaliação, são traçadas estratégias de ensino que visam sanar e/ou eliminar as deficiências da aprendizagem.

Procura-se trabalhar nestas duas disciplinas observando os descritores propostos para a leitura, compreensão de textos que inclusive compõem a matriz de referência do GESTAR e Prova Brasil que é formada por um conjunto de descritores que descrevem as habilidades, explicitando dois pontos básicos do que se pretende avaliar: os conteúdos curriculares e as operações mentais desenvolvidas pelo aluno e necessárias para a aprendizagem.

Eles expressam os saberes significativos desenvolvidos no processo de ensino-aprendizagem e adquiridos por eles, traduzindo-se as ações e operações realizadas por eles. Todos esses descritores são baseados nos Parâmetros Curriculares para o Ensino Fundamental.

A Escola Adolfo Soares de Moraes atende uma clientela de alunos de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental de 08 anos, na faixa etária em média de 10 a 18 anos. Os educandos do turno matutino são oriundos da classe média e residentes no centro da cidade. Já os alunos do turno vespertino em sua maioria são oriundos dos bairros como Recanto Azul, Recantinho, Novo Horizonte, Bela Vista, Parque Elite, “Morro da Formiga” e zona rural que inclui os assentamentos Nova Vitória e José Dutra, além dos Córregos dos Martírios, dos Pebas, da Santa Lúcia, do

Surubiju, Vila Cimpal e BR 222. Estes educandos são filhos de trabalhadores assalariados e suas famílias além das dificuldades financeiras, em sua maioria apresentam problemas como pais separados, alcoólatras, prostitutas etc. Ressalta-se também que há muitos alunos criados pelas avós, devido às mães e pais, se encontrarem trabalhando fora do país, especificamente nos Estados Unidos da América.

O corpo docente da Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfo Soares de Moraes é formado por 28 (vinte e oito) professores ativos, legalmente habilitados para a regência do ensino-aprendizagem de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental.

O pessoal técnico, administrativo e apoio, além de realizar tarefas específicas, auxiliam nas ações realizadas na escola diretamente. É parte essencial para o bom andamento dos serviços prestados, sendo parceiros e integrantes da equipe.

Diante de toda a realidade acima exposta, os desafios para toda a comunidade escolar da referida escola são muitos.

De acordo com o PPP (Projeto Político Pedagógico), a referida escola trabalha com níveis e modalidade de ensino da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental de 08 anos, tendo como entidade mantenedora a SEMEC (Secretaria Municipal de Educação e Cultura), contando com 15 (quinze) turmas no turno matutino e 13 (treze) turmas no turno vespertino, totalizando aproximadamente 978 (novecentos e setenta e oito) alunos que estão sob os cuidados de 28 (vinte e oito) professores e do corpo técnico e apoio formado pela gestora escolar, duas coordenadoras pedagógicas, uma secretária escolar, dois auxiliares administrativos, uma operadora de computador, duas professoras em desvio de função, doze serventes e dois vigias.

Essas 15 (quinze) salas de aula possuem em média 40 (quarenta) mesinhas e cadeiras padrão para acomodar os alunos, deixando pouco espaço livre no ambiente. Nenhuma possui central de ar, contendo apenas 04 (quatro) ventiladores para tentar amenizar o forte calor principalmente no turno vespertino. Todas são equipadas com quadro magnético, não havendo mais o problema do pó de giz.

O incômodo causado pelo calor acaba interferindo negativamente nas aulas de Geografia assim como nas demais disciplinas, uma vez que o desconforto é grande já que nem todos os ventiladores estão funcionando. Outro incômodo

causado deve-se à sonorização/eco provocado nas salas do piso inferior onde funcionam todas as 5ªSéries/6ºAnos, resultando em um considerável desconforto sonoro devido o barulho produzido.

Com base no seu PPP, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfo Soares de Moraes têm como objetivos estratégicos melhorar o desempenho acadêmico dos alunos, fortalecendo a integração escola/comunidade e modernizando sua gestão.

Conforme seu PPP propõe-se resgatar a unidade do saber e do fazer pedagógico através de uma prática interdisciplinar percorrendo um caminho oposto à fragmentação do conhecimento para que seja possível ampliar o nível de conhecimento dos educandos, professores e demais colaboradores sobre os grandes problemas ambientais em escala local, regional e nacional, a preservação da vida e do patrimônio público, buscando alternativas e soluções.

Sendo assim, uma vez que a Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfo Soares de Moraes através de seu PPP, propõe reconhecer a educação como prática sociocultural e ambiental, desenvolvendo conteúdos contextualizados com a realidade educacional do educando, utilizando situações cotidianas, problematizando e fazendo inferências, procuraremos compreender a dimensão das relações cotidianas com o meio ambiente local dos alunos da 5ªSérie/6ºAno residentes no Bairro Novo Horizonte e a representação socioespacial dos danos ambientais que eles possuem quanto ao espaço geográfico que habitam, mediante ao que determina os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) e o livro didático adotado pela escola.

Entretanto, é impossível negar que a referida escola possui dificuldades e não realiza as devidas práticas ambientais. As alegações são variadas, algumas verídicas, outras apenas desculpas. Motivos comuns são a falta de verba para a produção de material, falta de transporte para aulas práticas fora da escola, falta de comunicação entre os órgãos responsáveis, e por fim, muito comum em boa parte do ensino público, negligência.

Embora, hoje, haja maiores esclarecimentos sobre os problemas ambientais causados pelo crescimento acelerado do ser humano, ainda falta muito para a escola desenvolver/manter um programa coeso e concreto visando uma prática educacional ambiental efetiva.

REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS ALUNOS DO NOVO HORIZONTE E A DIMENSÃO DAS RELAÇÕES COTIDIANAS COM O MEIO AMBIENTE LOCAL

De acordo com Reigota (1998), nas ciências sociais, o estudo das representações sociais remonta ao século XIX, tendo como um de seus marcos fundamentais o trabalho desenvolvido por Émile Durkheim, que procurou discutir a importância das representações dentro de uma coletividade e como elas influem nas decisões que os seres humanos tomam individualmente.

Assim, as sociedades modernas, calcadas no individualismo, devem se integrar por meio de crenças e pensamentos comuns (representações) que produzem uma solidariedade orgânica, imprescindível para a construção de uma estabilidade entre os indivíduos e sua coletividade. Todavia, é necessário distinguir entre as representações e os conceitos científicos. (REIGOTA, 1998).

Enquanto os conceitos científicos tendem à generalidade e ao rigor, as representações coletivas se associam a um tipo de conhecimento que, podendo eventualmente possuir um aspecto de cientificidade, se pauta pela compreensão descompromissada do real, situando-se fora de um padrão inflexível de formulação do saber.

As representações, ou modos de pensar, atravessam a sociedade exteriormente aos indivíduos isolados e formam um complexo de ideias e motivações que se apresentam a eles já consolidados. Entretanto, para o cientista social contemporâneo Serge Moscovici (1976), que passou a utilizar o conceito de representação, estas recebem o adjetivo “sociais” e não mais “coletivas”, como as definiu Durkheim.

Assim, (MOSCOVICI *apud* REIGOTA, 1998) o caráter social das representações transparece na função específica que elas desempenham na sociedade, qual seja a de contribuir para processos de formação de condutas e de orientação das comunicações sociais, equivalendo a um conjunto de princípios construídos interativamente e compartilhados por diferentes grupos, que através delas compreendem e transformam sua realidade.

A compreensão do meio ambiente, enquanto interação complexa de configurações sociais, biofísicas, políticas, filosóficas e culturais parece distante de grande parte dos alunos e moradores do Novo Horizonte, visto a impossibilidade de

estes incorporarem espontaneamente questões que perfazem a totalidade da problemática.

De acordo com Sá (1998), não faz sentido tentar estudar a representação de algum objeto por um dado conjunto social se esse fenômeno não existe, ou seja, se o grupo selecionado para o estudo simplesmente não tem uma representação do objeto que resolvemos estudar.

Desta forma, para a definição do par sujeito-objeto de uma pesquisa, deve-se ter em mente que a representação que os liga é um saber efetivamente praticado, que não deve ser apenas suposto, mas sim detectado em comportamentos e comunicações que de fato ocorram sistematicamente. Dizendo ainda de outra maneira, na escolha do tema de estudo, não se pode basear em especulações a propósito de “representações virtuais”, ou seja, em suposições quanto à existência do fenômeno envolvendo objetos de representação apenas possíveis. Precisa-se ter, de antemão, alguma confiança em que o fenômeno exista, em que haja certa plausibilidade de que tal ou qual objeto seja representado por tal ou qual sujeito.

Neste sentido para Sá (1998), dependendo dos objetivos da pesquisa, o ponto de partida tanto pode ser o objeto quanto o sujeito, ou ainda podem ambos estar definidos desde o início no processo de identificação prévia dos fenômenos de representação social.

A representação social segundo (MOSCOVICI *apud* ROCHA, 2006) é definida como um sistema de valores, ideias e práticas que possuem uma dupla função: primeiramente, a de estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; uma segunda função seria a de possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes, o que o autor denomina de códigos para nomear e classificar, da maneira não ambígua os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social.

Em suma, podemos afirmar que os estudos sobre as representações sociais, buscam compreender como o indivíduo ou a coletividade interpreta a realidade de uma sociedade, expressando o conhecimento que cada pessoa ou grupo detém sobre um determinado tema. Buscam, portanto, caracterizar as relações que cada grupo estabelece com o seu meio social.

Sendo assim, a proposta dos PCNs estabelece a Geografia como área que oferece instrumentos essenciais para a compreensão e intervenção na realidade

social, propondo um trabalho pedagógico que visa à ampliação das capacidades dos alunos do ensino fundamental no qual é possível observar, conhecer, explicar, comparar e representar as características do lugar em que vivem e de diferentes paisagens e espaços geográficos.

Portanto, conforme os PCNs, a Geografia permite compreender como diferentes sociedades interagem com a natureza na construção de seu espaço, as singularidades do lugar em que vivemos, o que o diferencia e o aproxima de outros lugares e, assim, adquirir uma consciência maior dos vínculos afetivos e de identidade que estabelecemos com ele, podendo conhecer as múltiplas relações de um lugar com outros lugares, distantes no tempo e no espaço e perceber as relações do passado com o presente.

Nesta perspectiva é notório segundo os PCNs que o professor crie e planeje situações de aprendizagem em que os alunos possam reconhecer e utilizar os procedimentos de estudos geográficos, sendo fundamental que o espaço vivido pelos alunos continue sendo o ponto de partida dos estudos, permitindo que se compreenda como o local, o regional e o global relacionam-se nesse espaço.

Logo, é fundamental que a vivência do aluno seja valorizada e que ele possa perceber que a Geografia faz parte do seu cotidiano, trazendo para o interior da sala de aula, com a ajuda do professor, a sua experiência e, com isso, desenvolver a capacidade de identificar e refletir sobre os diferentes aspectos da realidade, compreendendo a relação sociedade/natureza. Assim, ao propor a análise da representação social dos alunos do 6º Ano/5ª Série da Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfo Soares de Moraes quanto às implicações dos danos ambientais oriundos da produção socioespacial do Bairro Novo Horizonte em Rondon do Pará, no qual são residentes no ano de 2013, se favorece a compreensão, por parte do aluno, de que ele próprio é parte integrante do ambiente e também agente ativo e passivo das transformações das paisagens.

Torna-se possível com isso identificar e avaliar as ações dos homens em sociedade e suas consequências em diferentes espaços e tempos, de modo que construa referenciais que possibilitem uma participação propositiva e reativa nas questões socioambientais locais, já que a compreensão das questões ambientais como objeto de estudo da Geografia, refere-se às interações entre a sociedade e a natureza visto que ao tratar da formação socioespacial, das novas territorialidades e temporalidades do mundo, aborda-se de forma ampla os processos que geram uma

determinada ocupação do solo, as demandas por recursos naturais, o crescimento populacional e a urbanização, entre outros.

Sendo assim, a proposta dos PCNs para a Geografia é que o estudo das questões ambientais favoreça uma visão clara dos problemas de ordem local, regional e global, ajudando a sua compreensão e explicação, fornecendo elementos para a tomada de decisões e permitindo intervenções necessárias, uma vez que objetiva-se formar um aluno capaz de discernir aquilo que diz respeito a sua vida, diante de um mundo em que, num processo dialético de globalização e fragmentação, a informação instantânea e simultânea exige atitudes e discernimentos cada vez mais rápidos e complexos.

Todavia, o livro didático de Geografia Espaço e Vivência do 6º Ano/5ª Série, adotado pela escola, pouco aborda as questões ambientais e os consequentes danos ambientais ocorridos devido à ação humana. Uma primeira abordagem é feita na página 108, quanto à ação humana sobre o relevo, seja na construção de vias de transporte, na extração mineral ou em aterros que podem provocar mudanças substanciais na paisagem.

Relata na página 132 que a poluição das águas continentais pode causar danos à saúde das pessoas que as consomem, assim como os esgotos e produtos químicos tóxicos, além do petróleo, serem as fontes de poluição das águas oceânicas que mais causam danos ao ambiente marinho e aos seres humanos, principalmente nas áreas litorâneas, abordado na página 141.

Seguindo essa linha de trabalho, os autores (BOLIGIAN, L. *et.al.*, 2009) prosseguem relatando na página 168 que a chuva ácida pode causar graves danos às construções e ao patrimônio histórico e cultural, corroendo monumentos e fachadas de prédios, além de provocar alterações na fauna e na flora do lugar onde ocorre.

Verifica-se com isso que o livro didático considerado o maior suporte na escola, embora não trate diretamente da questão do dano ambiental, corresponde ao que Paulo Bessa Antunes (2002) ensina que dano ambiental é o prejuízo ao meio ambiente e que, pelo fato de haver a vinculação entre o conceito de dano ambiental e o conceito de meio ambiente é que começam a surgir as primeiras dificuldades na tentativa de elaboração de uma doutrina uniforme sobre o assunto.

Talvez a melhor conclusão seja que não há um conceito fixo para meio ambiente e dano ambiental. Édis Milaré (2001) destaca, com efeito, que o conceito

de dano ambiental, assim como o de meio ambiente, é aberto, ou seja, sujeito a ser preenchido casuisticamente, de acordo com cada realidade concreta que se apresente ao intérprete. Paulo Bessa Antunes (2002), por sua vez, afirma que o conceito de meio ambiente é cultural, ou seja, depende do que ele chama de "ação criativa" do ser humano.

A abordagem em relação ao lixo se dá através de um olhar conservacionista com uma ínfima problematização da realidade distante, mostrando na página 141, imagem de lixo acumulado em uma praia na cidade do Rio de Janeiro em 2004, além de um esquema de contaminação de peixes por resíduos químicos que são consumidos, causando danos à saúde humana.

Por mais que a representação gráfica seja válida, não há uma complementação aprofundada por parte do livro, ficando a critério do professor criar meios e prosseguir a discussão.

Apesar de reconhecer a ação humana na alteração da paisagem, os textos não fazem uma inferência mais profunda no tocante ao desperdício de água. Aborda o assunto dando pouca problematização. O enfoque é visual e gráfico, mostrando a disponibilidade de água por regiões com seus habitantes e, apesar de alertar sobre a desigualdade em distribuição, passa a ideia de que não teremos problemas tão cedo quanto ao necessário recurso natural, fato este que vai contra os movimentos de conscientização, exigindo que o professor atente para o fato de que o Brasil é um território amplo apresentando escassez em algumas regiões, sem falarmos que a poluição atinge grande parte dos rios usados para abastecimento das cidades mais importantes do país.

Embora a obra em questão apresente um enfoque mais social e econômico da Geografia que corresponde à exigência dos PCNs (Brasil, 1998), a questão ambiental é muito resumida, exigindo do professor uma maior dedicação ao assunto, de modo que ele atente para uma atitude que vise estabelecer pontes entre as temáticas, criando um foco nos impactos ambientais urbanos, para que se dê de forma mais comprometida, visando à reflexão e a (re)educação ambiental.

A partir das representações sociais de meio ambiente dos alunos do Bairro Novo Horizonte, poder-se-á caracterizar a dimensão das relações cotidianas exercidas neste referido espaço geográfico, sensibilizando-os e capacitando-os para atividades de educação ambiental dentro da problemática dos danos ambientais locais.

Segundo Reigota (1998), a educação ambiental tem sido realizada a partir da concepção que se tem de meio ambiente. Mas o que significa meio ambiente? Trata-se de um conceito científico ou de uma representação social? O que é um conceito científico? O que é uma representação social?

As representações sociais podem encontrar conceitos científicos da forma que foram aprendidos e internalizados pelas pessoas. Uma representação social é o senso comum que se tem sobre um determinado tema, onde se incluem também os preconceitos, ideologias e as características específicas das atividades cotidianas (sociais e profissionais) das pessoas que atuam fora da comunidade científica, embora possam também aí estarem presentes (MOSCOVICI *apud* REIGOTA, 1998).

Reigota (1998) apresenta uma série de definições para meio ambiente de acordo com especialistas de diferentes ciências e acaba dizendo que as várias definições indicam que não existe um consenso sobre meio ambiente na comunidade científica em geral, supondo que o mesmo deve ocorrer fora dela e, por seu caráter difuso e variado, considera a noção de meio ambiente uma representação social.

Assim, acredita que o primeiro passo para a realização da educação ambiental deve ser a identificação das representações das pessoas envolvidas no processo educativo, uma vez que as definições de meio ambiente a seu ver, parecem restritivas. E, por isso, propõe uma outra forma que possa orientar (sendo essa a sua única finalidade) os interessados na perspectiva de educação ambiental, definindo meio ambiente como o lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação, implicando processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído.

Para Reigota (1998) o meio ambiente é um espaço determinado no tempo, no sentido de se procurar delimitar as fronteiras e os momentos específicos que permitem um conhecimento mais aprofundado, bem como percebido já que cada pessoa o delimita em função de suas representações, conhecimento específico e experiências cotidianas nesse mesmo tempo e espaço.

As representações não se distinguem em verdadeiras ou falsas. Portanto, suas análises não buscam, a partir de um dado juízo de valor, identificar o grau de veracidade ou de falsidade presente nas representações manifestas nas atividades realizadas pelos alunos (PENIN *apud* ROCHA, 2006). Partindo do princípio de que

as representações se distinguem em estáveis e móveis, em reativas e superáveis, em alegorias e em estereótipo incorporados, conforme afirma Penin (op. cit), de maneira sólida em espaços e instituições, busca-se desvelar o caráter presente nas representações sociais que os alunos(as) possuem.

Essas representações que os sujeitos elaboram sobre as obras em um dado momento histórico não são por si só suficientes para dominá-la e o seu processo de construção. Porém, sabe-se que algumas representações podem consolidar, gerando a modificação do concebido ou do vivido. Daí, a importância de conhecer as representações que os(as) alunos(as) têm de danos ambientais em um determinado momento, para que a partir de seu conhecimento, possamos contribuir para que os próprios sujeitos as mantêm, podendo desvelá-las e nós próprios possamos trabalhá-las (PENIN *apud* ROCHA, 2006).

Assim, analisando a representação socioespacial dos alunos do 6ºAno/5ª Série da Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfo Soares de Moraes quanto às implicações dos danos ambientais oriundos da produção socioespacial do Bairro Novo Horizonte em Rondon do Pará, no qual são residentes no ano de 2013, a partir do livro didático e da disciplina Geografia, podemos permitir que eles consigam desvelá-las e assim, reelaborar o seu conhecimento sobre o espaço geográfico no qual eles vivem.

De acordo com Rocha (2006) a Geografia presente no currículo prescrito para as escolas de ensino fundamental tem buscado trabalhar com os conhecimentos referentes ao espaço geográfico e, uma das vertentes atuais da prática de seu ensino tem dado ênfase à necessidade de se trabalhar com os conhecimentos prévios dos(as) alunos(as), considerando-os(as) como sujeitos ativos do processo ensino-aprendizagem (CAVALCANTI *apud* ROCHA, 2006).

Sendo assim, esta vertente sócio-interacionista não vê o espaço geográfico apenas como uma categoria teórica, mas o considera enquanto uma categoria exatamente pelo fato do espaço vivido por nós, sendo ele resultante de nossas ações. Por isso mesmo, ensina-nos Cavalcanti (2002, p.19) que:

(...) um dos modos de captar a geografia do cotidiano pode ser o trabalho com as representações sociais dos alunos, e buscar essas representações tem se revelado um caminho com bons resultados para permitir o diálogo entre o racional e o emocional, o verbalizado e o não verbalizado, entre a ciência e o senso comum, entre o concebido e o vivido.

A partir da incorporação desta ideia, realizamos a coleta de dados, compreendendo uma investigação das representações dos professores de Geografia e alunos na qual se deu uma entrevista semiestruturada com as duas professoras das 5^a séries/6^o Ano e aplicou-se um questionário com 20 alunos moradores do Bairro Novo Horizonte das turmas A, B, C, D, E, F, G, H.

A forma de aplicação do questionário foi a de auto-resposta, onde alguns alunos foram reunidos e as perguntas foram feitas simultaneamente, sendo testado inicialmente como Questionário Piloto com 05 (cinco) alunos e, mediante respostas obtidas, demonstrou-se que os estudantes compreenderam, de forma satisfatória, as questões propostas, não necessitando de adequações para os demais. Assim, de acordo com horário vago por parte do professor aplicador, procurava-se pelos alunos em suas salas e, com permissão do professor daquela aula, retirava-os para outro ambiente e aplicava-se o questionário.

Como revelam os dados da escola, a maioria dos educandos do turno matutino são oriundos da classe média e residentes no centro da cidade, sendo encontrados apenas 04 (quatro) alunos do referido bairro que representou 20% do público alvo. Já os alunos do turno vespertino em sua maioria como são oriundos dos bairros como Recanto Azul, Recantinho, Novo Horizonte, Bela Vista, Parque Elite, “Morro da Formiga” e zona rural que inclui os assentamentos de Nova Vitória e José Dutra, além dos Córregos dos Martírios, dos Pebas, da Santa Lúcia, do Surubiju, Vila Cimpal e BR 222, possibilitou encontrar 16 (dezesesseis) alunos do bairro em estudo, representando 80%.

Por se tratar de perguntas abertas onde cada aluno poderia responder à sua maneira, não foi possível calcular a porcentagem e, quanto à questão 01 na qual se indagou sobre o que era meio ambiente, se obteve várias respostas, sendo que a maior parte relacionou meio ambiente a um lugar. A representação de meio ambiente enquanto “natureza”, prevaleceu para 12 alunos que não consideraram o ser humano como parte integrante do meio ambiente, enquanto outros 06 alunos incluíram de forma indireta o ser humano ao dizer que meio ambiente é a cidade sem poluição ou o lugar limpo que deve ser respeitado. Outros 02 alunos emitiram respostas evasivas (ver gráfico 01).

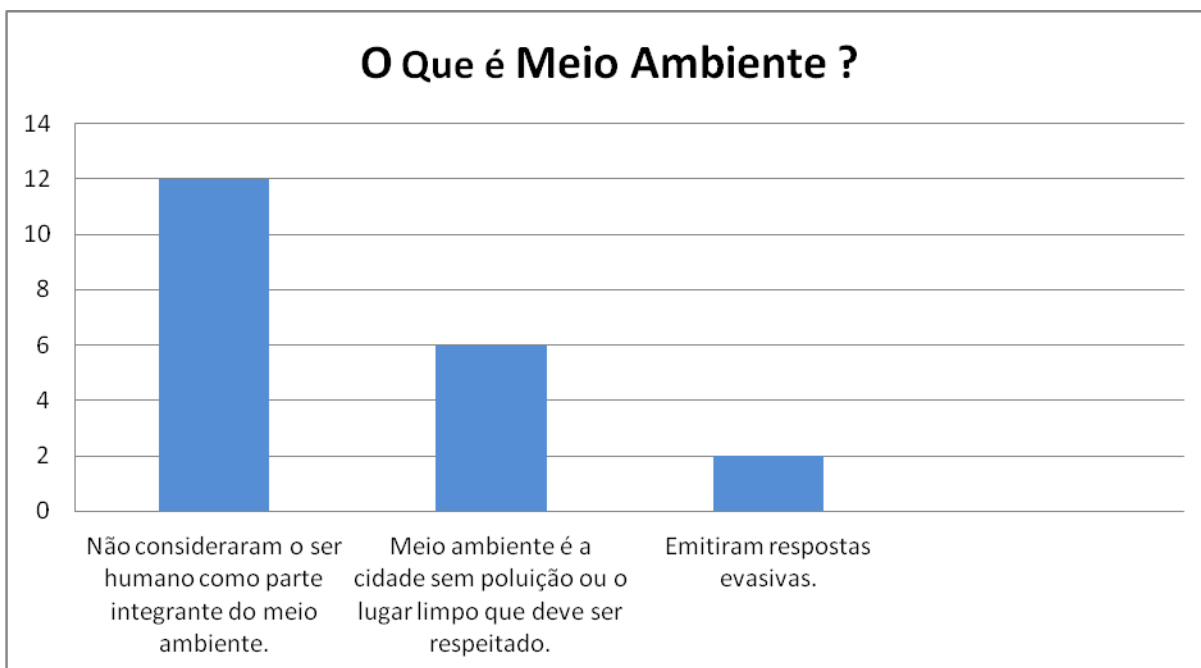


GRÁFICO 01: Para você o que é meio ambiente?

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

No intuito de evidenciar e exemplificar, foi retirado dos questionários alguns trechos das respostas dos entrevistados, conforme abaixo descrito:

“Meio ambiente é a natureza, os animais, as florestas, os rios e o ar puro” (12 alunos)².

“Meio ambiente é o lugar que tem bastante casas, árvores, ruas e flores. É o lugar onde eu moro também” (06 alunos)³.

E, houve ainda duas respostas que não atingiram o objetivo: “Meio ambiente é as pessoas de lá” e “Meio ambiente é conservar a natureza, não jogar lixo na rua e nos rios” (02 alunos)⁴.

Essa falta de representação da totalidade, demonstrada na dificuldade em associar o ambiente construído/humano como constituinte do meio ambiente, parece uma tendência genérica, prevalecendo aquelas que associam o meio ambiente unicamente aos elementos naturais, excluindo os seres humanos dessas

² Pesquisa de campo. Questionário aplicado aos alunos do 6ºAno/5ª Série da Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfo Soares de Moraes, em 27/08/2013.

³ Pesquisa de campo. Questionário aplicado aos alunos do 6ºAno/5ª Série da Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfo Soares de Moraes, em 14/08/2013.

⁴ Pesquisa de campo. Questionário aplicado aos alunos do 6ºAno/5ª Série da Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfo Soares de Moraes, em 21/08/2013.

representações. Logo, meio ambiente não é encarado como um espaço resultante do trabalho de homens e mulheres históricos, sendo apenas um conjunto de elementos naturais.

Ao ser feita a pergunta de número 02: No seu entender, o que são problemas/danos ambientais? Prevaleceu por 17 vezes o desmatamento na resposta dos alunos que, mencionaram também, a poluição dos rios por 13 vezes, seguido de danos prejudiciais ao meio ambiente por 09 vezes (ver gráfico 02).

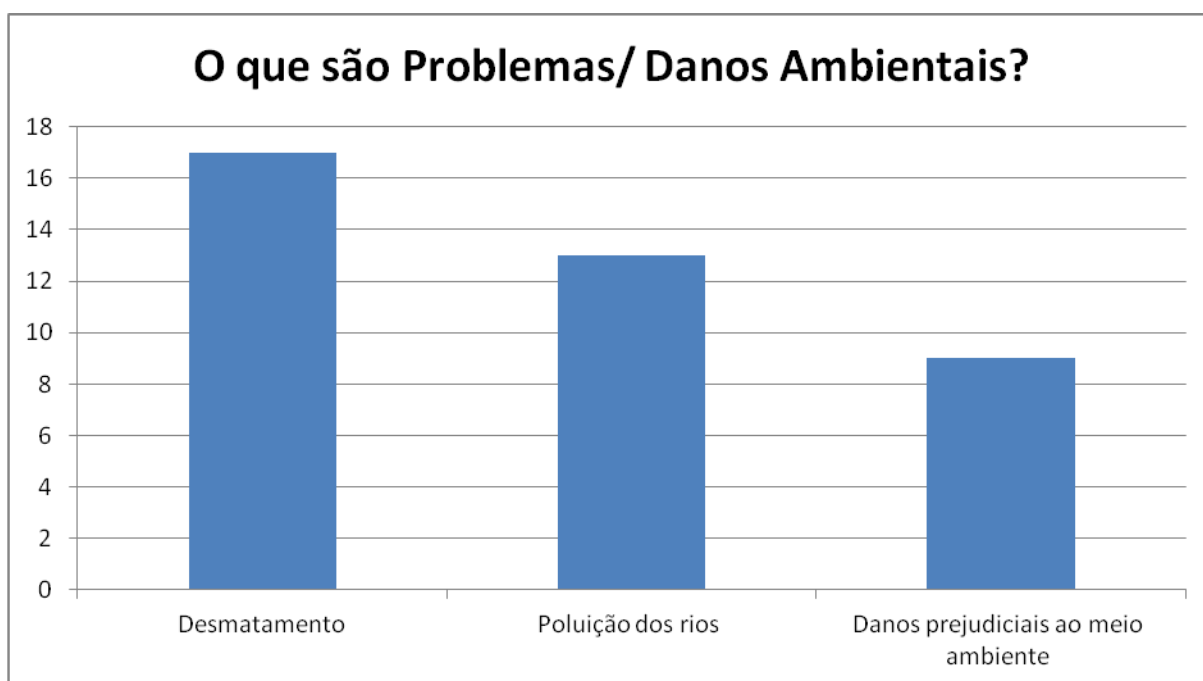


GRÁFICO 02: No seu entender, o que são problemas/danos ambientais?

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

No intuito de evidenciar e exemplificar, foi retirado dos questionários alguns trechos das respostas dos entrevistados, conforme abaixo descrito:

“Alguma coisa que não faça bem à natureza, sei lá... É a destruição da natureza” (01 aluno)⁵.

“É o problema do desmatamento das matas, as pessoas queimam as matas e não podem queimar as matas” (01 aluno)⁶.

⁵ Pesquisa de campo. Questionário aplicado aos alunos do 6ºAno/5ª Série da Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfo Soares de Moraes, em 27/08/2013.

⁶ Pesquisa de campo. Questionário aplicado aos alunos do 6ºAno/5ª Série da Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfo Soares de Moraes, em 21/08/2013.

Ao tratar da questão de número 03: Dê cinco exemplos de problemas/danos ambientais, procurou-se identificar o conhecimento e a representação dos estudantes com relação ao tema e, os problemas/danos relativos ao desmatamento e queimadas foram os mais citados pelos alunos entrevistados, aparecendo por 17 vezes respectivamente, seguidos por esgoto a céu aberto por 13 vezes, poluição dos rios por 12 vezes, lixo por 12 vezes, poluição 07 vezes, retirada da vegetação perto dos rios por 06 vezes (ver gráfico 03).

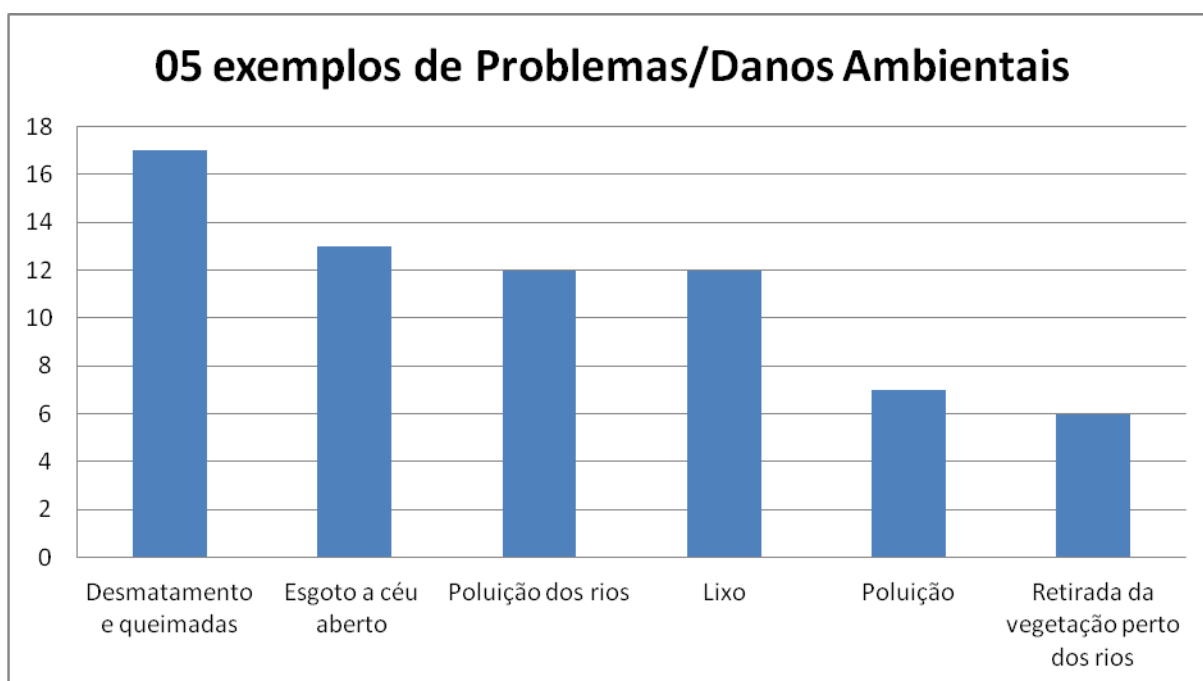


GRÁFICO 03: Dê cinco exemplos de problemas/danos ambientais.

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Segundo as respostas dos alunos, essa elevada representação do desmatamento/queimadas se deve ao fato da limpeza dos lotes para construção das moradias, bem como da destruição da vegetação da APP (Área de Proteção Permanente) que insistentemente é ocupada por moradores que não conseguiram lotes e fazem retiradas da vegetação no intuito de se estabelecerem no bairro em lotes não credenciados/cadastrados.

A representação de lixo/sujeira como problema/dano ambiental teve considerada representatividade, pelo fato da coleta ser realizada de forma precária ou incipiente diante da realidade em que vivem mediante apenas uma carroça de tração animal e uma única pessoa fazer o trabalho no local.

Continuando a indagação sobre a representação de problemas/danos ambientais, a questão de número 04: No seu entender, existem problemas/danos ambientais no Bairro Novo Horizonte? Pretende-se verificar se os entrevistados reconheciam ou não a existência desses danos no referido bairro onde reside. E, quanto a isso, todos os 20 alunos disseram existir problemas/danos uma vez que vivenciam essa experiência, prevalecendo o desmatamento em volta do rio para construção da estrada por 13 vezes, seguido do lixo que não é recolhido corretamente por 11 vezes, esgoto a céu aberto por 07 vezes, queimada para limpar o lote para construir a casa por 04 vezes e lixo jogado no rio e na “prainha” por 03 vezes (ver gráfico 04).

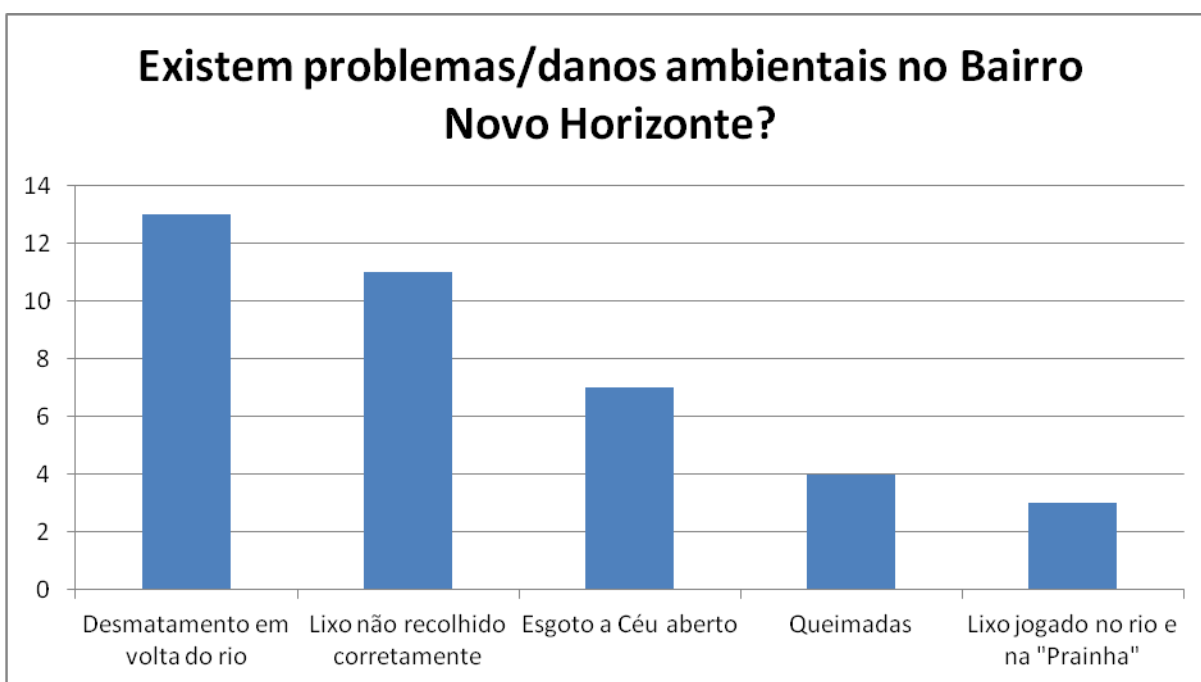


GRÁFICO 04: No seu entender, existem problemas/danos ambientais no Bairro Novo Horizonte?

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Percebeu-se que o lixo foi uma palavra bem frequente, estando presente nas respostas por 11 vezes. Dessa forma, verificamos que a ocorrência dessa palavra está associada à representação de um problema que devemos tentar resolver. As representações sociais dos alunos, de acordo com Sato (2003), estão voltadas para a ideia do efeito negativo que o ser humano exerce sobre o ambiente, colocando em risco a vida e a natureza que o cerca.

Além de estar em segundo lugar nas respostas, essa representação aumenta quando se levam em consideração as outras respostas diretamente ligadas ao lixo e à poluição de uma maneira geral, como esgoto a céu aberto (07 vezes), queimadas (04 vezes) e lixo jogado no rio e na “prainha” (03 vezes). Considerando o aumento para 25, o número de respostas referentes à poluição e falta de cuidado da comunidade para com o bairro Novo Horizonte, vê-se reforçada, neste estudo, a ênfase do homem como destruidor da natureza que o cerca.

Deve-se levar em consideração, na respectiva pesquisa, que os alunos entrevistados residem no bairro Novo Horizonte, que vem sofrendo degradações diversas em seu entorno (inclusive depósito de lixo por parte da comunidade), assim sendo, acredita-se que quando perguntados sobre danos ambientais (de uma maneira geral), as representações sociais dos alunos voltam-se para o bairro e o Córrego dos Pebas e para a poluição que o mesmo vem sofrendo.

De acordo com a função de orientação das representações sociais, que guia os comportamentos e as práticas sociais fazendo com que as representações produzam um sistema de antecipações, constituindo uma ação sobre a realidade, os alunos necessitam conhecer melhor o que vem a ser um dano ambiental, para poder atribuir-lhes características que não sejam as voltadas para a poluição.

A próxima questão 05: Você se sente prejudicado com esses problemas/danos ambientais? Revelou que 100% que percebem a existência de problemas/danos ambientais sentem-se prejudicados com os mesmos. Entre os motivos citados, os alunos responderam que os problemas/danos prejudicam a saúde e pode contaminar/estragar o rio, bem como encher o rio de terra (assoreamento), mostrando uma empatia com a natureza, respondendo que ela é bela e importante.

Quando perguntados sobre os responsáveis pelo surgimento dos problemas/danos ambientais na questão de número 06, o total de 16 (dezesesseis) alunos citaram que o(s) ser(es) humano(s) são os responsáveis pelo aparecimento desses problemas/danos. Todavia, poucos se colocaram como responsáveis, uma vez que apenas 04 (quatro) alunos usaram a expressão “nós mesmos”, somos responsáveis (ver gráfico 05).

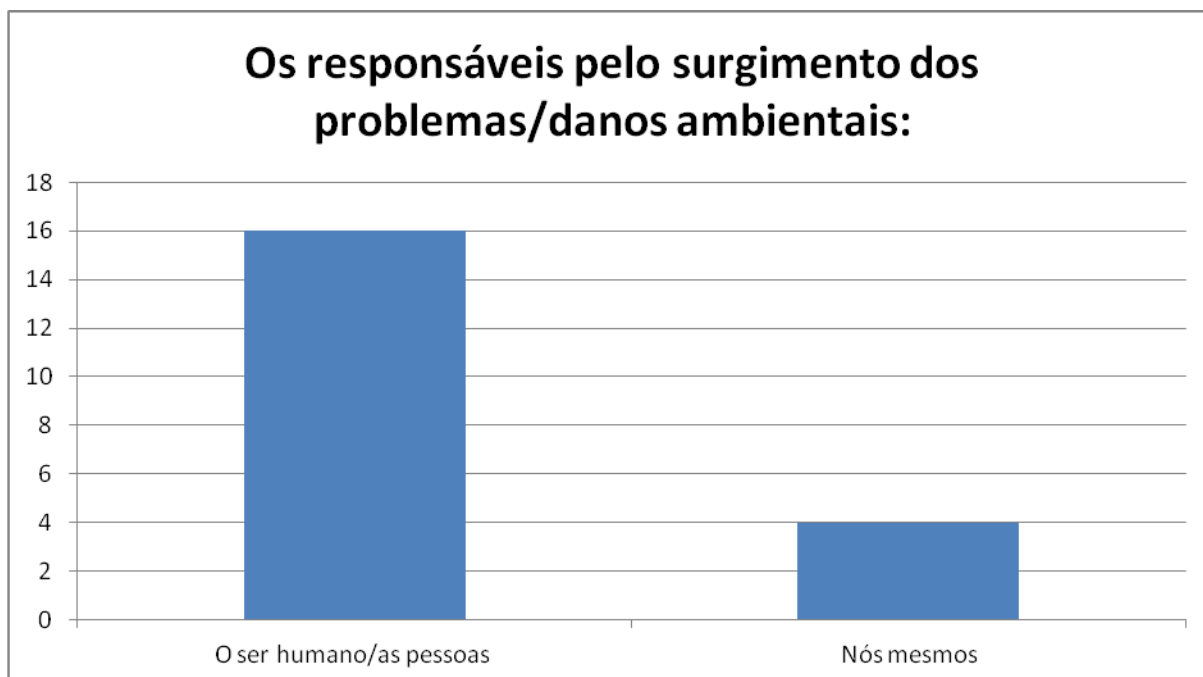


GRÁFICO 05: Quem são os responsáveis pelo surgimento dos problemas/danos ambientais?

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

No intuito de evidenciar e exemplificar, foi retirado dos questionários alguns trechos das respostas dos entrevistados, conforme abaixo descrito:

“O homem vai fazendo tudo sem pensar no resultado, então ele acaba derrubando as árvores, ele queima as florestas, ele faz tudo com a ganância de ganhar mais dinheiro” (01 aluno)⁷.

“O problema ambiental começa a partir da gente, a gente é que começa, no fundo, a sujar tudo” (01 aluno)⁸.

Embora de acordo com os PCNs, ao final do Ensino Fundamental o aluno deverá ser capaz de reconhecer-se como parte integrante da natureza, essa condição foi pouco observada diretamente no estudo realizado. É possível que devido às influências do atual modelo de civilização, o homem tem se desvinculado/distanciado do seu ambiente natural, desconhecendo até os mais simples processos.

⁷ Pesquisa de campo. Questionário aplicado aos alunos do 6ºAno/5ª Série da Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfo Soares de Moraes, em 14/08/2013.

⁸ Pesquisa de campo. Questionário aplicado aos alunos do 6ºAno/5ª Série da Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfo Soares de Moraes, em 27/08/2013.

Esse desconhecimento e distanciamento acabam determinando uma grande dificuldade na representação social de que cada atitude ou ação humana corresponde a um efeito sobre o ambiente, seja ele natural ou construído. Assim, não se sentindo como parte integrante do ambiente, o homem nem percebe os efeitos de suas atitudes, ou, se percebe, não os avalia.

Quando indagados sobre como as pessoas podem colaborar para melhorar e/ou conservar o ambiente em que vivem na questão número 07, a sugestão mais indicada foi relativa à de não jogar lixo nos lugares inadequados por 14 vezes, não desmatar as árvores por 10 vezes, não fazer queimadas/colocar fogo na floresta por 10 vezes, não poluir o rio por 05 vezes (ver gráfico 06).

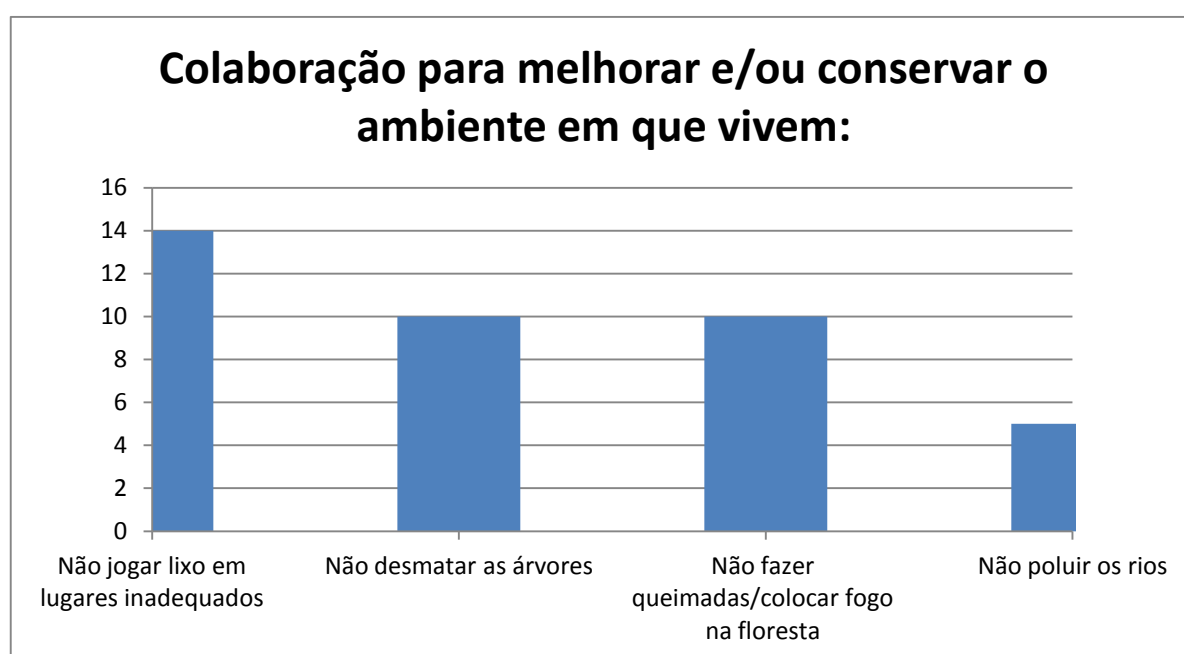


GRÁFICO 06: Como as pessoas podem colaborar para melhorar e/ou conservar o ambiente em que vivem?

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Em suas respostas, disseram que veem nos intervalos das programações da emissora de televisão *Rede Globo* através do *Globo Serviço* os “alertas” que são dados e, com isso, tentam seguir para evitarem que isso aconteça onde eles moram. Disseram que não se deve fazer como mostra na TV quando “o homem passa e joga uma sacola de lixo no córrego”.

E, quando perguntados sobre o que eles têm feito para melhorar e/ou conservar o ambiente em que vivem na questão de número 08, citaram como primeira opção não jogar lixo fora do lixeiro por 11 vezes, falam para as pessoas não

jogarem lixo na rua por 08 vezes, não fazem queimadas por 02 vezes, não ficar gastando água a toa por 01 vez, separar o lixo por 01 vez, não corta árvores por 01 vez e não faz nada apenas 01 vez (ver gráfico 07).



GRÁFICO 07: O que vocês têm feito para melhorar e/ou conservar o ambiente em que vivem?

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

O lixo assume uma responsabilidade de dimensão individual na medida em que cada um é responsável por jogar o seu lixo em local adequado, e aqueles que não o fazem, geram problemas para a comunidade. Todavia, apesar de reconhecerem a responsabilidade individual em relação ao processo de produção e de disposição do lixo, eles demonstram nem sempre cumprir as responsabilidades atribuídas a si próprios.

No intuito de evidenciar e exemplificar, foi retirado dos questionários alguns trechos das respostas dos entrevistados, conforme abaixo descrito:

“O povo tomar vergonha na cara, porque isso é falta de responsabilidade do povo” (01 aluno)⁹.

“É botar esse pessoal que polui pra cuidar mais, obrigar a ter mais cuidado com ambiente, fazer uma lei” (01 aluno)¹⁰.

⁹Pesquisa de campo. Questionário aplicado aos alunos do 6ºAno/5ª Série da Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfo Soares de Moraes, em 21/08/2013.

¹⁰Pesquisa de campo. Questionário aplicado aos alunos do 6ºAno/5ª Série da Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfo Soares de Moraes, em 27/08/2013.

Quase sempre culpam terceiros de jogarem o lixo em locais inadequados. Responsabilizam a vizinhança, chamando-os de mal educados e o poder público pelos equipamentos inadequados e insuficientes que não fazem o trabalho que deveriam.

Na questão de número 09, quando perguntados sobre o que consideram como problema/dano ambiental, o lixo a céu aberto apareceu por 18 vezes; a poluição das águas apareceu por 17 vezes; o corte de árvores e queimadas por 16 vezes; a fumaça de veículos apareceu 15 vezes; o esgoto a céu aberto por 13 vezes; a falta de áreas verdes, contaminação do solo, fumaça de cigarro e poeira por 12 vezes; extinção de espécies animais e vegetais por 11 vezes; a falta de água por 09 vezes e o aumento de ratos e baratas por 06 vezes (ver gráfico 08).

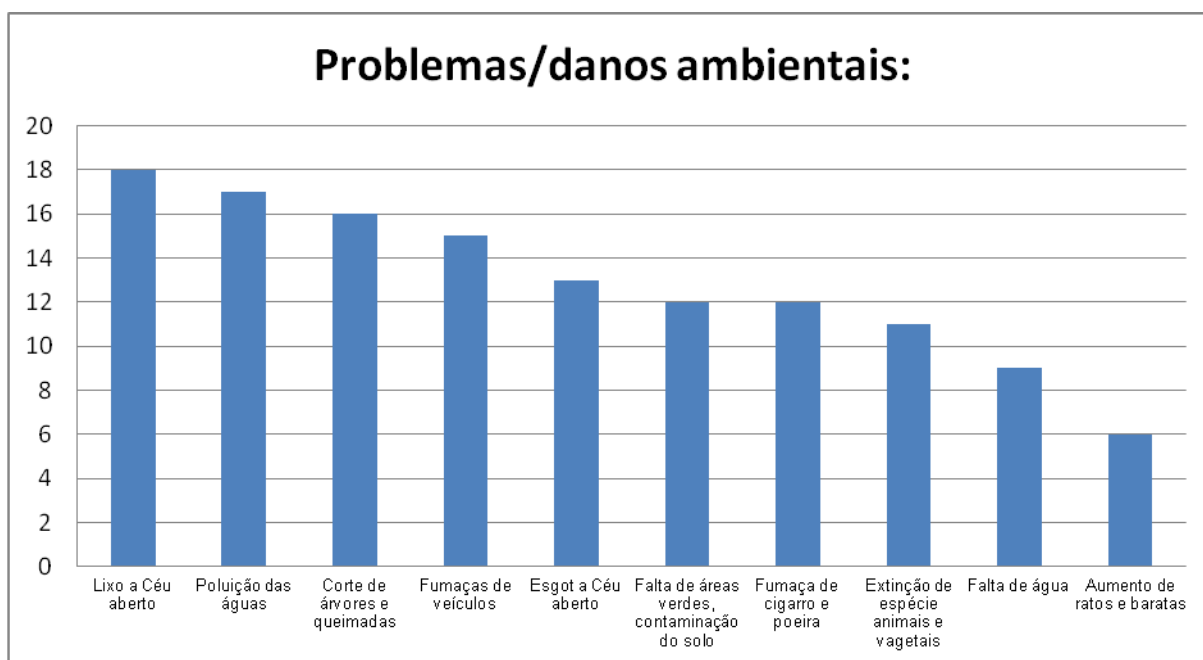


GRÁFICO 08: O que você considera com problema/danos ambientais?

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

No intuito de evidenciar e exemplificar, foi retirado dos questionários alguns trechos das respostas dos entrevistados, conforme abaixo descrito:

“Os danos ambientais são toda a poluição, toda ação do homem que interfere na natureza prejudicando” (02 alunos)¹¹.

¹¹Pesquisa de campo. Questionário aplicado aos alunos do 6ºAno/5ª Série da Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfo Soares de Moraes, em 27/08/2013.

“Dano ambiental é o que “nóis vive la”. Crianças sem escola, largadas na rua, “iginorantes”, sem estudo, sem ler” (01 aluno)¹².

Os alunos foram indagados na questão número 10 sobre como costumam ter informações a respeito do meio ambiente e o professor foi apontado 19 vezes como principal fonte de informação; a televisão logo em seguida em com 18 apontamentos; enquanto os livros foram apontados 12 vezes; os jornais 08 vezes; a internet por 05 vezes e as revistas por 04 vezes (ver gráfico 09).

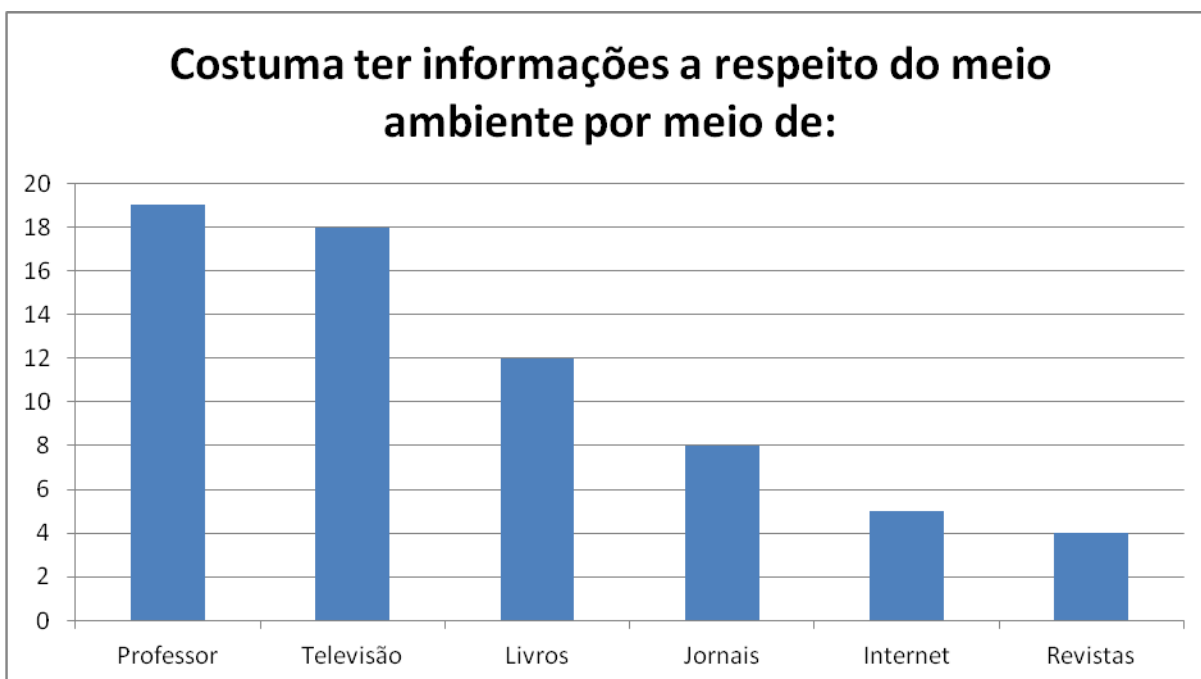


GRÁFICO 09: Você costuma ter informações a respeito do meio ambiente por meio de?
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Deve-se ressaltar que a citação de 08 vezes para os jornais pode ter sido confundida com os telejornais das emissoras de televisão, visto que nenhum dos alunos possui assinatura de jornais ou compra os mesmos nas duas bancas existentes na cidade de Rondon do Pará.

Embora a televisão apareça como a segunda fonte de informação mais citada pelos entrevistados, deve-se ressaltar que geralmente os meios de comunicação transmitem conhecimentos centrados na ecologia, mas não possuem o caráter pedagógico requerido para o ensino do meio ambiente.

¹² Pesquisa de campo. Questionário aplicado aos alunos do 6ºAno/5ª Série da Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfo Soares de Moraes, em 14/08/2013.

Esses meios de comunicação podem fabricar pseudo necessidades ou espelhar as necessidades dos espectadores já que a mídia, de uma forma geral, tem contribuído para a formação de pré-conceitos sobre questões relativas ao ambiente, podendo ser produzidas por falta de informações adequadas ou provocadas para prejudicar a imagem dos valores ambientais.

Embora o professor apareça como principal referência, a maioria apresenta-se despreparados para trabalhar as questões ambientais (AMARAL, 1996), visto que grande parte deles, especialmente os que trabalham nas quatro séries iniciais do Ensino Fundamental é da área de Ciências Humanas, demonstrando algum grau de dificuldade na abordagem de temas relacionados à complexidade da questão ambiental.

É bem provável que muitos dos educadores que atuam hoje nas escolas, não tenham tido a temática ambiental inserida em seus currículos, devido ao fato da inclusão desse tema ser ainda recente e que a descontinuidade ou falta de acompanhamento dos desdobramentos das atividades de formação de professores gerem problemas para as intervenções necessárias, visto que tais professores podem se sentirem isolados e/ou impotentes para promover mudanças mais reais.

Os livros aparecem também como importante fonte de informação ambiental, sendo citado por 12 vezes pelos estudantes. Entretanto, embora a presença dos livros didáticos nas atividades pedagógicas no Brasil seja constante, deve-se ressaltar que a sua utilização excessiva por parte do professor, torna o sistema educacional um tanto quanto autoritário e sem criatividade ao centralizar a metodologia no professor que acaba “restringindo” a essencial criatividade no processo ensino-aprendizagem.

Embora seja as principais fontes de informação ambiental para os alunos é importante salientar que a tríade professor – televisão – livro apresenta limitações e falhas que podem estar contribuindo para uma formação ambiental inadequada dos alunos, dificultando o desenvolvimento de uma representação social mais aprimorada.

No geral, os estudantes não conversam sobre o dano ambiental e dizem receber informações em salas de aula através do professor, e ter os livros didáticos como referência, embora não souberam indicar seus títulos. Por outro lado, a televisão aparece como importante fonte de informações, principalmente em dois programas: *Globo Ecologia* e *Globo Repórter*. No entanto, de todos os alunos,

apenas um pequeno número de cinco (05) estudantes afirma ter alguma vez assistido àqueles programas. As razões para não assistir a eles são todas relativas ao horário.

A questão de número 11 relacionada à representação social dos entrevistados sobre os elementos constituintes do meio ambiente embora apresente múltipla escolha, não teve todas as alternativas assinaladas por nenhum dos alunos. E, quanto a isso, a representação de corpos d'água (rios, lagos e mares) foi a mais assinalada por eles em um total de 18 vezes, fazendo da água um componente importante na preferência paisagística, contrapondo aos elementos construídos pelo homem como elementos do meio ambiente (ver gráfico 10).

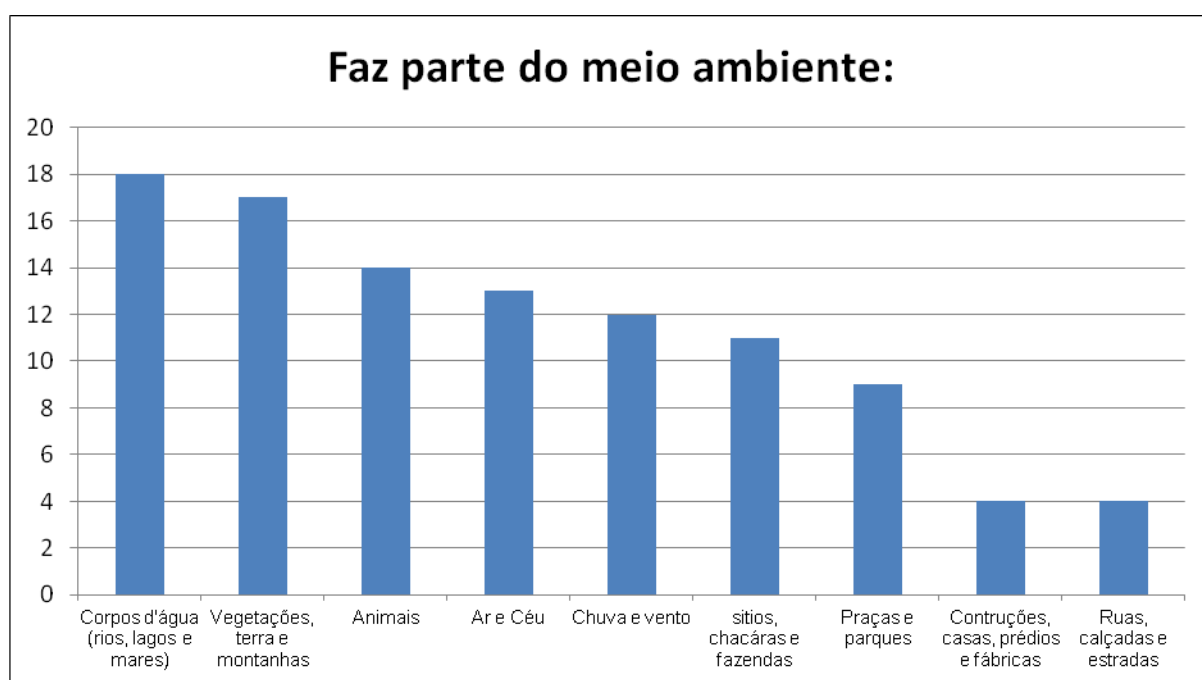


GRÁFICO 10: O que faz parte do meio ambiente?

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

As vegetações, terras e montanhas foram indicadas por 17 vezes; os animais por 14 vezes; o ar e céu por 13 vezes; a chuva e ventos por 12 vezes; sítios, chacaras e fazendas por 11 vezes; praças e parques por 09 vezes; assim como construções, casas, prédios, fábricas, ruas, calçadas e estradas por 04 vezes.

Nesta questão, o ser humano obteve 09 indicações como componente do meio ambiente, sendo ainda maior que a questão aberta de número 01 onde foi mencionado indiretamente apenas por 05 vezes.

Quando indagados sobre quem deveria ajudar a resolver os problemas/danos ambientais na questão de número 12, os políticos (vereadores, deputados) receberam 15 indicações aparecendo como principal responsável pela solução; enquanto a comunidade unida e os governos foram indicados 13 vezes; o povo recebeu 11 indicações; as pessoas que se sentem prejudicadas foram apontadas 09 vezes; as organizações ecológicas, as associações de bairro e os partidos políticos foram indicados 08 vezes; os empresários e os industriais receberam 05 indicações; as escolas receberam 04 indicações (ver gráfico 11).

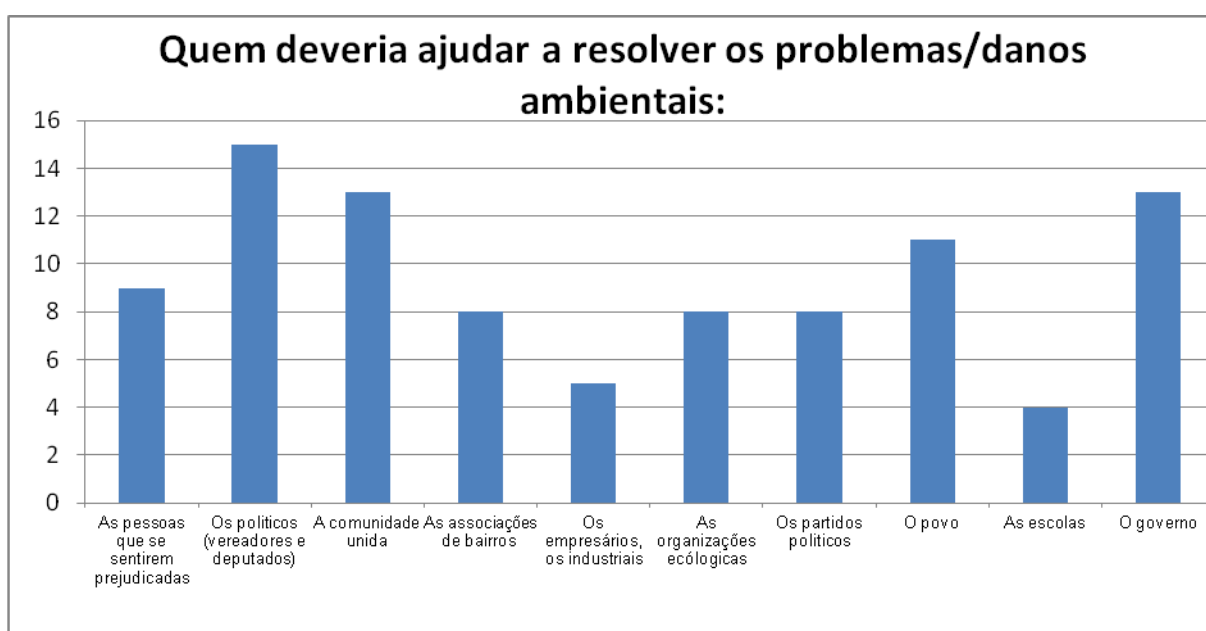


GRÁFICO 11: Quem deveria ajudar a resolver os problemas/danos ambientais?
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Embora façam parte do Bairro Novo Horizonte, somente 04 dos entrevistados assumiu que individualmente devam ajudar a resolver os problemas/danos ambientais.

Em relação o fato de estudarem ou não sobre os problemas/danos ambientais na escola que estão matriculados, abordado na questão de numero 13, obteve-se o percentual de 100% no qual todos afirmaram que estudam.

Seguindo essa perspectiva, foi indagado na questão de número 14 se os estudos sobre problemas/danos ambientais se dão no ensino de Geografia e mais uma vez todos disseram que sim, perfazendo 100%. Todavia, 18 (dezoito) alunos

disseram que se dá também em Ciências e 05 (cinco) disseram que ocorre em Estudos Amazônicos (ver gráfico 12).

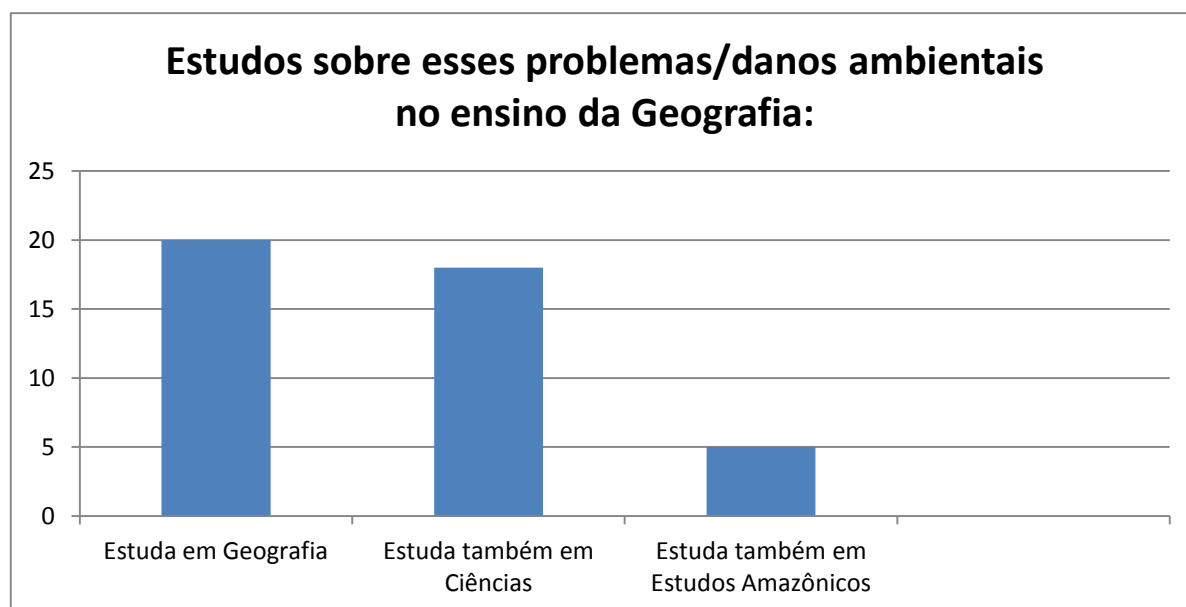


GRÁFICO 12: Você estuda sobre esses problemas/danos ambientais no ensino da Geografia?

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Para finalizar, foi indagado na questão de número 15 o que eles aprenderam sobre os problemas/danos ambientais nas aulas de Geografia e, por 11 vezes, disseram que não se deve jogar lixo nas ruas; que não se deve desmatar/prejudicar/maltratar o meio ambiente apareceu por 10 vezes; em outras 06 respostas disseram que não se deve poluir os rios; não derrubar as árvores apareceu 01 vez; deixar a sala limpa 01 vez; não sujar o pátio da escola 01 vez; e, um entrevistado deixou sem responder (ver gráfico 13).

A investigação aqui relatada indica que, provavelmente, no núcleo da representação social de danos ambientais desses alunos do ensino fundamental, estão as noções de desequilíbrio/desordem da natureza. Este desequilíbrio seria produzido pelos homens, particularmente pelas atividades econômicas modernas que são predatórias.

A solução desse problema exigiria a conscientização dos homens e a reorganização da vida social de maneira a equilibrar o desenvolvimento com a natureza e tecnologias adequadas para uma sociedade menos agressiva ao meio ambiente.

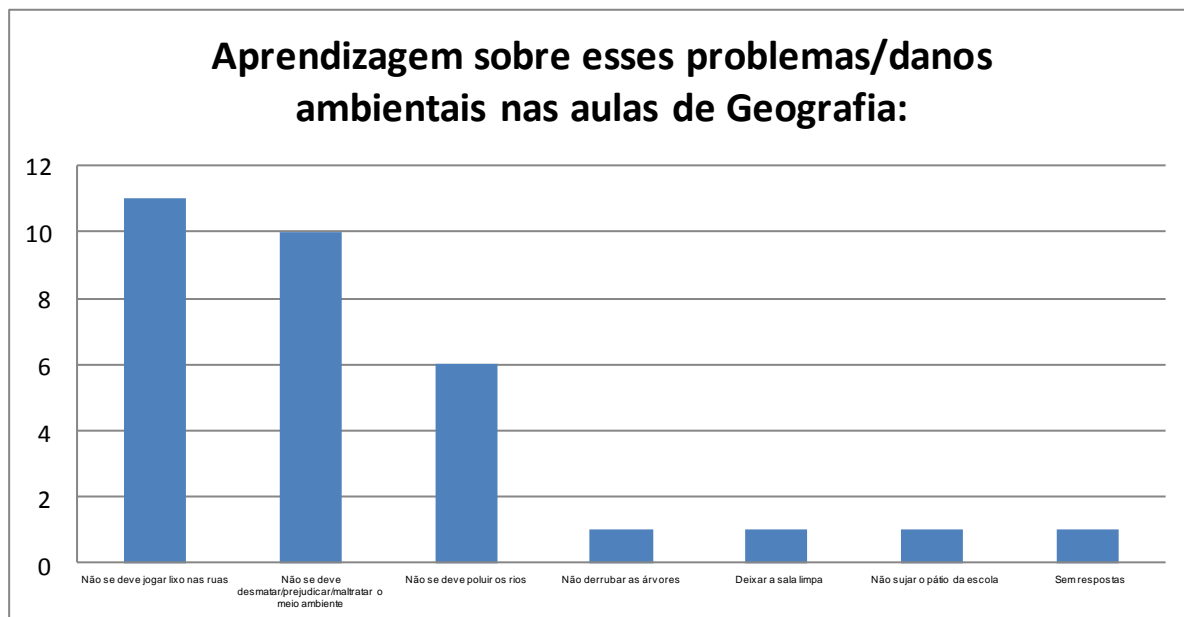


GRÁFICO 13: O que você aprendeu sobre esses problemas/danos ambientais nas aulas de Geografia?

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

A partir da entrevista com as professoras, constatamos que ambas exercem a profissão há mais de 20 (vinte) anos, tendo iniciado a docência apenas com o Magistério e concluíram em 2004 o curso de Licenciatura Plena em Geografia pela UFPA (Universidade Federal do Pará), quando esta respeitável instituição de ensino superior proporcionou a formação através do programa de interiorização, realizado no núcleo universitário de Rondon do Pará.

Embora ambas possuam especialização em Educação Ambiental, atualmente não participam e/ou se qualificam em cursos/projetos de formação continuada e alegam dar/oferecer a seus alunos materiais de apoio, didáticos e paradidáticos como textos complementares, documentários e programas da TV Escola para “saírem” sempre que possível do livro didático. Trabalham os problemas/danos ambientais no ensino da Geografia uma vez que isso é muito importante, fazendo uso da realidade local para associar/comparar com as informações contidas no livro e demais meios que disponibilizam para tratarem do assunto.

Disseram que a indisciplina dos alunos, a escassez de recursos didáticos e a deficiência do livro didático estão entre as maiores dificuldades e problemas enfrentados em sala de aula e que usam recursos tecnológicos como imagens de

internet, vídeos, fotos, jornal informativo, músicas e debates para tentar superar tais dificuldades ao trabalharem em sala de aula.

No intuito de evidenciar e exemplificar, foi retirado da entrevista alguns trechos das respostas das professoras, conforme abaixo descrito:

“O não interesse por parte de muitos alunos que acaba comprometendo o processo de aprendizagem com a irresponsabilidade educacional, além da indisciplina que atrapalha bastante” (Profª 01)¹³.

“Escassez de recursos didáticos, poucas aulas de Geografia semanais e deficiência no livro didático” (Profª 02)¹⁴.

Embora saibam o quanto é importante realizar aulas/trabalhos fora dos muros da escola, alegaram ser complicado/quase impossível por não disporem de transporte para os deslocamentos, além da responsabilidade ser muito grande, visto que vários pais solicitam que tais atividades não ocorram por seus filhos serem bem pequenos. Além disso, a atual administração municipal tem dificultado ao máximo a liberação de ônibus para o transporte dos alunos, alegando disponibilizarem de poucos automóveis.

Ambas disseram que aplicam uma Geografia que contribui para a formação do aluno-cidadão, visto que trabalham o máximo que podem aproveitando o conhecimento empírico dos discentes tentando aproximar o conhecimento teórico com a realidade, ajudando-os a compreender o mundo no qual estão inseridos, embora para alguns deles não faça a menor diferença estarem ou não em sala de aula.

Abordam os assuntos geográficos seguindo basicamente o planejamento curricular e o livro didático, desenvolvendo alternativas pedagógicas que servem para dinamizar e alcançar os objetivos propostos com vídeos, jornais, revistas, slides, filmes, música e textos informativos para facilitar a compreensão dos conteúdos.

¹³ Pesquisa de campo. Entrevista aplicada às professoras de Geografia do 6ºAno/5ª Série da Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfo Soares de Moraes, em 04/11/2013.

¹⁴ Pesquisa de campo. Entrevista aplicada às professoras de Geografia do 6ºAno/5ª Série da Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfo Soares de Moraes, em 12/11/2013.

Quanto a existir a relação direta entre o conhecimento disciplinar do livro didático e a realidade de seus alunos, disseram que depende do conteúdo trabalho, pois alguns estão diretamente relacionados e outros nem tanto. Todavia, por tratar-se de uma ciência social, tenta-se fazer associação entre o que é estudado e o que poderia ou poderá ser a realidade local.

Disseram que a questão dos danos/problemas ambientais locais recebem devida atenção em suas aulas de Geografia, principalmente quando se trata da vegetação e a hidrografia, uma vez que o município apresenta desmatamento, rios poluídos, lixos pelas ruas, destino indevido dos resíduos sólidos e falta de uma consciência ambiental por parte dos moradores.

Embora, nota-se que há uma preocupação por parte das professoras em abordar questões críticas e organizar situações que promova um ensino baseado nas descobertas do cotidiano verifica-se a perspectiva de ensino dos danos ambientais sendo um tanto quanto conservadoras e beira o senso comum, pois não sai da ideia de que o homem não é um elemento integrante da natureza como um ativo agente de sua transformação.

Agrega-se a isso a falta de material que discuta a realidade próxima ao aluno como uma constante muralha no exercício docente, uma vez que há certa dificuldade em tratar de assuntos específicos do município por falta de recursos, bibliografias e transporte para trabalhos de campo, além a resistência de alguns pais em autorizar a saída de seus filhos.

CONCLUSÃO

Ao término deste trabalho constatamos que a educação, entendida como processo social, não é e jamais foi neutra, pois sendo elemento constituinte das relações sociais, vincula-se as determinações da sociedade vigente. Assim, se temos uma estrutura social dividida em classes, com interesses distintos, isso repercute na prática educativa.

Sendo assim, o atual processo educacional marcadamente materialista, atua como reprodutor e fortalecedor do sistema dominante que mantém a sociedade desigual e também não prioriza os valores humanos, apresentando-se um tanto quanto desgastados. Dessa forma, torna-se urgente educar despertando para a vida a partir da compreensão de mundo. E, é nesse contexto que se insere a importância da educação geográfica, ou seja, despertar para uma consciência socioespacial crítica do mundo que se vive, analisando os danos ambientais do bairro Novo Horizonte em Rondon do Pará, PA.

O estudo apresentado não teve como objetivo encerrar as reflexões acerca da temática, mas sim ressaltar a importância e urgência da educação geográfica e suas implicações para/na sociedade de Rondon do Pará, mais especificamente para os alunos e respectivos moradores do bairro Novo Horizonte, uma vez que esta sociedade com suas atividades, apropria-se do espaço como mercadoria de valor. Presenciamos, assim, fortes desigualdades sociais que repercutem no espaço, com intensa segregação sócioespacial.

Verificamos que a representação de meio ambiente como “natureza” foi a resposta preponderante entre os alunos entrevistados residentes do Bairro Novo Horizonte em Rondon do Pará, mostrando uma visão dicotomizada entre ser humano e ambiente, na qual conseguiram dar exemplos de danos ambientais, mas não conseguiram uma definição mais exata dos mesmos, citando de forma genérica o desmatamento e as queimadas que também foram os mais percebidos a nível local.

A maioria dos alunos que indicou a presença de danos ambientais no Bairro Novo Horizonte, respondeu que se sente prejudicada com os mesmos, em termos dos males para a saúde e o desmatamento/construção da estrada na beira (à margem esquerda) do Córrego dos Pebas, seguido do lixo que não é recolhido

corretamente. Responderam que a natureza é bela e importante, demonstrando uma empatia por ela.

Nenhum aluno foi capaz de dizer que não se sente prejudicado, mesmo quando disseram que os danos/problemas não eram causados por eles e, com isso, não possuem responsabilidade alguma sobre tal feito.

A principal ação sugerida pelos estudantes para conservação do meio ambiente são aquelas relativas a não jogar lixo nos lugares inadequados, seguido por não desmatar as árvores. Em momento algum sugeriram o plantio de árvores, mesmo constatando a derrubada da vegetação local.

Como ação própria quanto à contribuição que dão em relação ao meio ambiente, disseram não jogar lixo fora do lixeiro e falam para as pessoas não jogarem lixo nas ruas.

Embora a tríade professor – televisão – livro apareça como a principal fonte de informação ambiental, deve-se reconhecer que há limitação quanto à função educativa para a temática ambiental, visto que isso pode ser responsável pela dificuldade de entendimento em algumas questões, como por exemplo, a representação do ambiente construído como constituinte do meio ambiente.

Embora a maioria dos estudantes tenha citado os seres humanos como responsáveis pelos danos/problemas ambientais, eximiram-se como agentes causadores dos mesmos, atribuindo aos políticos (vereadores, deputados), ao governo e a comunidade unida à responsabilidade pela resolução desses danos.

Em relação aos alunos, pode-se afirmar que suas representações sociais estão relacionadas com o lixo, com a sujeira e com a poluição realizada pelo homem no bairro Novo Horizonte e, especificadamente, no Córrego dos Pebas.

Apesar da poluição no bairro Novo Horizonte e no Córrego dos Pebas se darem por conta de ações antrópicas, ou seja, de interações do homem com a natureza, é necessário que os alunos percebam que essa interação não deve, necessariamente, resultar em poluição e degradação local.

Assim, só a prática docente nas salas de aula – e também fora delas – é que irá engendrar uma geografia escolar crítica, voltada a contribuir para a formação de cidadãos plenos, podendo desenvolver a representação social ambiental que manifestar-se-á em atitudes de empatia e cidadania em defesa do meio ambiente e da vida.

Uma vez que o livro didático adotado pela escola apresenta falhas quanto ao tema trabalhado, deve-se encará-lo não como o definidor de todas as aulas a serem trabalhadas, mas fundamentalmente como um instrumento que está a serviço do professor, a serviço dos alunos, devendo ser usado criticamente, confrontando-o, relativizando-o com outras fontes confiáveis de informações e, acima de tudo, com a realidade circundante.

E, sendo essa tarefa algo ininterrupto, devemos possibilitar o experimento e inovações para evitar os sistemas teóricos fechados, conteúdos que valorizem excessivamente os conceitos como algo definido e imutável, proporcionando o espaço para pensar o novo, refletir o real e nesse ato, propiciar novos conceitos, sempre provisórios, que nada mais devem ser expressões que nos ajudem a compreender o real e, na medida em que este é dinâmico, estando constantemente sujeitos a reformulações.

Identificando uma representação naturalista por parte dos professores, enfatiza-se a necessidade de um trabalho que enfoque a relação direta homem-natureza, para que essa situação possa ser revertida, na medida do possível, visto que o homem precisa interagir e se sentir parte da natureza e não um mero espectador dela.

Assim sendo, acredita-se que o corpo docente envolvido nessa pesquisa necessita estimular a sensibilidade de sentir-se parte da natureza para poder desenvolver ações voltadas para a Educação Ambiental e, assim, contribuir para a compreensão dos danos ambientais, especificamente no bairro Novo Horizonte. Como educadores, precisam superar a visão naturalista, assim como conhecer os pressupostos da Educação Ambiental, que propõe que esse tema (local e global) seja abordado de uma maneira contextualizada e significativa, levando em consideração não só os aspectos físicos e biológicos, como também os aspectos socioculturais e econômicos, adaptando-se à realidade de cada sociedade, contribuindo assim para o seu desenvolvimento.

Na cidade de Rondon do Pará, os danos ambientais como a poluição do Rio Surubiju, a ocupação não autorizada com a construção de casas em locais impróprios no bairro Novo Horizonte ou na Área de Preservação Permanente e a abertura de uma estrada à margem esquerda do Córrego dos Pebas precisam ser verificados atentando para que a ocupação humana de ambientes urbanos seja mais saudável exigindo do cidadão a responsabilidade inerente da condição de agente

principal no processo de interação com o meio. O ser humano precisa estimular a percepção e ver-se como integrante da natureza e não como um ser diverso. Somente compreendendo-se desta maneira o homem pode melhorar as condições ambientais, modificando formas de uso e manutenção do espaço e incutindo hábitos culturais mais saudáveis.

Desta forma, o processo de danos ambientais na produção do espaço urbano não é, pois, resultante da ação específica e única de um agente. São, sobretudo, resultado de um conjunto de vetores que convergem materializando-se no cotidiano das cidades. Define-se como um processo em que há a luta de forças contrárias e interesses diversos de todos os atores sociais que, juntos (re)desenham a configuração territorial de cada espaço. Essas contradições e conflitos de interesses emergem a todo instante e se materializam na paisagem, tornando visível não só a degradação do meio ambiente, mas também da vida humana.

Portanto, acredita-se que os danos ambientais é um fato real para a promoção da educação geográfica, pois a partir deles pode-se analisar a sociedade atual, as contradições do sistema capitalista, a (re)produção sócioespacial, cidadania, a exclusão de grupos sociais, elaborando reflexões acerca dos espaços públicos e privados, padrão de consumo, lazer-mercadoria, especulação imobiliária etc.

Os alunos necessitam de conhecimentos formais a cerca dos danos ambientais, eles precisam conhecer seu conceito evidenciando-o no ambiente que vivem. Reafirma-se, mais uma vez, a necessidade de serem esclarecidos e fortalecidos tais conceitos por meio de procedimentos pedagógicos efetivos, que valorizem a conservação do ambiente local e possibilitem uma qualidade de vida melhor para os alunos e suas famílias.

Apesar dessas representações, a sensibilização e informação, primeiramente com o corpo docente e depois com os alunos, podem vir a mudar as representações sociais dos dois grupos envolvidos e, conseqüentemente, mudar o comportamento perante o assunto abordado. Essa transformação na representação pode vir a acontecer a partir de mudanças dos conceitos relacionados à Educação Ambiental, por meio de materiais informativos.

Assim sendo, a respectiva escola necessita reelaborar parte de seu Projeto Político Pedagógico para que nele contenha a Educação Ambiental voltada para a realidade local, na qual a escola está direta ou indiretamente inserida.

Cabe ressaltar que este trabalho não finaliza aqui, muito pelo contrário, ele pode ser o começo de outros que objetivam contribuir para uma educação mais justa e solidária que, pela utilização racional dos recursos naturais, pretende melhorar a qualidade de vida das comunidades mais carentes, como é o caso dos alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfo Soares, residentes no bairro Novo Horizonte.

Tantas são as complexidades que envolvem a relação inevitável entre educação geográfica e análise dos danos ambientais que não se teve a audácia de que com este estudo todas fossem esclarecidas. Não se buscou esgotar os questionamentos, pelo contrário, pretendeu-se alertar para a necessidade de mais estudos nessa temática de grande importância para a ciência geográfica e a sociedade que convive com tais prejuízos ambientais.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Discurso da Sustentabilidade Urbana. *In*: R. B. **Estudos Urbanos e Regionais**, nº 1, maio, 1999 p. 79-90.
- AMARAL, M. D. B. **Monopolização do território e carvoejamento na Amazônia**: a produção do carvão vegetal nos assentamentos e acampamentos de reforma agrária e nas carvoeiras tradicionais de Rondon do Pará - PA. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2011.
- ANTUNES, P. B. **Dano ambiental**: uma abordagem conceitual. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2002.
- BATISTA, E. L. **Urbanização e migração**: O Bairro Jaderlândia em Rondon do Pará. Trabalho de Conclusão de Curso. UFPA – Rondon do Pará, 2004.
- BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia** – Brasília: MEC-SEF, 1998.
- BECKER, B. K. **Amazônia**. 6ª edição. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 1998.
- BOLIGIAN, L. [et.al.] **Geografia Espaço e Vivência**: Introdução à Ciência Geográfica, 6º ano. 3. ed. reform. São Paulo: Atual, 2009.
- CARLOS, A. F. A & SPOSITO, M. E. B (Org.) **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. 1ª ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2012.
- CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 8ª ed., 2ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2008. (Repensando a Geografia)
- CASSETI, V. **Ambiente e apropriação do relevo**. São Paulo: Contexto, 1991.
- CASTELLAR, S. M. V. Educação geográfica: a psicogenética e o conhecimento escolar. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 209-225, maio/ago. 2005.
- CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus, 2003.
- COELHO, M. C. N. Impactos ambientais em áreas urbanas – Teorias, conceitos e métodos de pesquisa. *In*: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (Org.) **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p.19-45.

- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4ª edição. 2ª impressão. Série Princípios, São Paulo: Editora Ática, 2000.
- CORRÊA, R. L. **Diferenciação Socioespacial, Escala e Práticas Espaciais**. *Cidades*, 2007 v. 4, n. 6, p. 62-72
- DAMIANI, A. L. A Geografia e a construção da cidadania. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **A geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 50-61.
- FREIRE, W. **Direito Ambiental Brasileiro**. Rio de Janeiro: Aide Ed., 1998.
- GUERRA, A. J. T. & CUNHA, S. B. da (org.) **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. 9ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói: Ed.UFF, 1997.
- MONTEIRO, A. O lixo e a ocupação desordenada nas encostas como degradação ambiental no Morro do Estado em Niterói – RJ. Trabalho de Conclusão de Curso. UCM – Rio de Janeiro, 2005.
- NOGUEIRA, V. e CARNEIRO, S. **Educação geográfica: formação da consciência espacial cidadã**. Disponível em: < <http://egal2009.easyplanners.info>>. Acesso em: 14/12/2013.
- OLIVEIRA, M. S. de. **A cultura popular na história do Município de Rondon do Pará – PA**. Trabalho de Conclusão de Curso. UFPA – Dom Eliseu, 2003.
- REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. 3ª ed. – São Paulo: Cortez, 1998. – (Questões da nossa época; v. 41).
- ROCHA, G. O. R. & AMORAS, I. C. R. O ensino de geografia e a construção de representações sociais sobre a Amazônia. Goiânia: **Terra Livre**, Ano 22, v. 1, nº 26, p. 143-164. Jan-Jun 2006.
- ROSA, P. S. A responsabilidade objetiva do causador do dano ambiental. Extensão do dano ambiental e sua avaliação e a prova pericial: O perito e os assistentes técnicos. *In*: VELASCO, E. (Org). **Curso Prático de Perícias e Auditorias de Engenharia Ambiental**. Rio de Janeiro: Brandi, 1998.
- SÁ, C. P. de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.
- SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SATO, M. Educação ambiental. São Carlos: Rima, 2003.

- SILVA, D. Novo Horizonte ganha energia. **Jornal Diário de Carajás**. Caderno Cidades, p. 03. Marabá – PA, 09/03/2012.
- SILVA, J. A. da. **Direito urbanístico brasileiro**. 4ªed. – revista e atualizada. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.
- SILVA, S. G. da. Cidade e ensino de Geografia: Contribuição a uma educação geográfica *da e para* a cidade. In: 12º Encontro de Geógrafos da América Latina. **Anais do EGAL**, Montevideu (Uruguai), 2009.
- SOUZA, M. J. L. de. Algumas Notas sobre a Importância do Espaço para o Desenvolvimento Social. In: *Território* 3, LAGET/UFRJ, Garamond, pp. 13-35. 1997.
- SOUZA, M. J. L. de. **Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual**. Série Princípios, São Paulo: Editora Ática, 1996.
- TAVARES, M. G. da C. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **Acta Geográfica** (UFRR), p. 59-83, 2008.
- TAVARES, M. G. da C. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 29 - Especial, pp. 107 - 121, 2011.
- TRINDADE JR, S. C.; CARVALHO, G.; MOURA, A.; NETO, J. G. (Orgs). **Pequenas e Médias Cidades na Amazônia**. Belém: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional/FASE; Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/ UFPA; Observatório Comova, 2009.

APÊNDICE

Questionário de identificação

Nome da Escola: _____

Nome do aluno (a): _____

Série: _____ Turno: _____

Bairro que reside: _____

Sexo: () Masculino () Feminino Idade: _____

1) Para você, o que é meio ambiente?

2) No seu entender, o que são problemas/danos ambientais?

3) Dê 5 exemplos de problemas/danos ambientais?

4) No seu entender, existem problemas/danos ambientais no Bairro Novo Horizonte?

() Não existem () Não sei
() Sim, existem. Quais?

Se você respondeu “não existem” ou “não sei” passe direto para questão 6. Se você respondeu “sim, existem”, responda a questão 5.

5) Você se sente prejudicado com esses problemas/danos?

() Sim.

Porquê? _____

() Não.

Porquê? _____

6) Quem são os responsáveis pelo surgimento de problemas/danos ambientais?

7) Como você acha que as pessoas podem colaborar para melhorar e/ou conservar o ambiente em que vivem?

8) O que você tem feito para melhorar e/ou conservar o ambiente em que vive?

Das questões 9 a 12, assinale quantas alternativas você quiser

9) O que você considera como problema/dano ambiental?

- | | |
|---|-------------------------------|
| () Fumaça de veículos | () Aumento de ratos, baratas |
| () Poluição das águas | () Lixo a céu aberto |
| () Esgoto a céu aberto | () Fumaça de cigarros |
| () Faixas e cartazes nas ruas | () Trânsito |
| () Falta de áreas verdes (como parques e praças) | () Enchentes |
| () Contaminação do solo (por agrotóxicos, por fezes) | () Falta de água |
| () Corte de árvores, queimadas | () Barulho, buzina |
| () Extinção de espécies animais e vegetais | () Poeira |
| () Outros. | |

Quais: _____

10) Você costuma ter informações a respeito de meio ambiente por meio de:

- | | |
|---|------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Livros | <input type="checkbox"/> Revistas |
| <input type="checkbox"/> Televisão | <input type="checkbox"/> Internet |
| <input type="checkbox"/> Jornais | <input type="checkbox"/> Professor |
| <input type="checkbox"/> Outras fontes. | |

Quais? _____

11) O que faz parte do meio ambiente?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Rios, lagos, mares | <input type="checkbox"/> O ser humano |
| <input type="checkbox"/> Praças, parques | <input type="checkbox"/> Ruas, calçadas, estradas |
| <input type="checkbox"/> Ar, céu | <input type="checkbox"/> Os animais |
| <input type="checkbox"/> Construções, casas, prédios, fábricas | <input type="checkbox"/> Sítios, chácaras, fazendas |
| <input type="checkbox"/> Vegetações, terra, montanhas | <input type="checkbox"/> Chuvas, ventos |
| <input type="checkbox"/> Outros. | |

Quais? _____

12) No seu entender, quem deveria ajudar a resolver os problemas/danos ambientais?

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Você individualmente | <input type="checkbox"/> Os cientistas |
| <input type="checkbox"/> As pessoas que se sentirem prejudicadas | <input type="checkbox"/> Os partidos políticos |
| <input type="checkbox"/> Os políticos (os vereadores, deputados) | <input type="checkbox"/> As igrejas |
| <input type="checkbox"/> A comunidade unida | <input type="checkbox"/> O povo |
| <input type="checkbox"/> As associações de bairros | <input type="checkbox"/> As escolas |
| <input type="checkbox"/> Os empresários, os industriais | <input type="checkbox"/> Os jornalistas |
| <input type="checkbox"/> As organizações ecológicas | <input type="checkbox"/> O governo |
| <input type="checkbox"/> Outros. | |

Quais? _____

13) Você estuda sobre esses problemas/danos ambientais na sua escola?

14) Você estuda sobre esses problemas/danos ambientais no ensino de Geografia?

15) O que você aprendeu sobre esses problemas/danos ambientais nas aulas de Geografia?

Entrevista com os professores de Geografia

Nome da Escola: _____

Nome do professor (a) : _____

Séries que trabalha: _____

Turnos que trabalha _____

Bairro que reside: _____

Sexo: () Masculino () Feminino Idade: _____

1) Há quanto tempo exerce o magistério?

2) Porque ser professor (a) de geografia?

3) Qual a sua formação acadêmica? Por qual instituição? E como avalia a formação recebida na graduação?

4) Você participa e/ou se qualifica em cursos/projetos de formação continuada? Quais?

5) Quais as dificuldades e os problemas enfrentados em sala de aula como professor (a) e as maneiras encontradas para superá-los?

6) Você costuma dar/oferecer a seus alunos materiais de apoio, didáticos e paradidáticos?

7) Qual metodologia comumente adotada por você em sala de aula?

8) Você trabalha os problemas/danos ambientais no ensino de Geografia?

9) Quais os meios didáticos utilizados no ensino desses problemas/danos ambientais no ensino de Geografia?

10) Você trabalha com a realidade de Rondon do Pará?

11) Realiza aulas/trabalhos fora dos muros da escola com seus alunos? Se não, deve-se a que a não realização?

12) A Geografia aplicada por você contribui para a formação do aluno-cidadão?

13) De que forma os assuntos geográficos são abordados?

14) Existe relação direta entre o conhecimento disciplinar do livro didático e a realidade de seus alunos?

15) A questão dos danos ambientais/problemas ambientais locais recebem devida atenção em suas aulas de Geografia?

ANEXOS



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
(D.E.R.-PA.)

ATA DE FUNDAÇÃO DA VILA RONDON

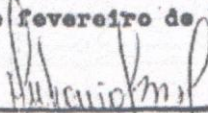
Eu, CAMELLO MARTINS VIANNA, médico de Serviço Médico Social do Departamento de Estradas de Rodagem do Pará, legalmente nomeado, etc. etc, faço a todos saber e seguintes: as 10 horas de dia nove de fevereiro de ano da Graça de mil novecentos e sessenta e nove de Nosso Senhor Jesus Cristo, o acampamento situado no KM-86 da Estrada de Rodagem PA-70, Município de Capim, e seu anexo populacional conhecido por Candangolândia—é elevado a categoria de Vila conforme cerimônia realizada.

Passará a ser denominado VILA RONDON tendo por padroeiro e Glorioso São Benedito de Acampamento da Mata.

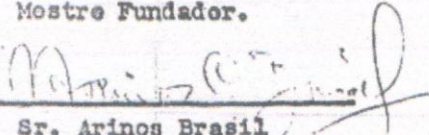
Declaro, na qualidade de Mestre Coordenador da Fundação da Cidade o engenheiro Dr. Antônio César Brasil e seu progenitor Sr. Arinos Brasil e o Engenheiro Raimundo Carvalho Mestres Fundadores e os elementos componentes do Projeto Rondon III que vem no bojo desta, como fundadores. Determino e autorizo seja fornecida uma cópia da presente Ata a todos os elementos participantes, uma vez assinada pelos presentes, idem ao Sr. Presidente da República, aos Srs. Governadores dos Estados do Pará, São Paulo, Rio e ao Diretor Geral do DER-Pa.

A presente Ata foi por mim lavrada e assinada no dia nove de fevereiro de mil novecentos e sessenta e nove e vai por todos assinada.

Vila Rondon, 9 de fevereiro de 1969.



Dr. Antônio Brasil
Mestre Fundador.



Sr. Arinos Brasil
Mestre Fundador.



MUNICÍPIO DE RONDON DO PARÁ
Poder Executivo

TERMO DE ACORDO

**TERMO DE ACORDO PARA
DESAPROPRIAÇÃO DO IMÓVEL
ABAIXO ESPECIFICADO QUE ENTRE
SÍ FAZEM DE UM LADO O
MUNICÍPIO DE RONDON DO PARÁ E
DO OUTRO O SENHOR GEIDSON DE
JESUS LIRA.**

Termo de acordo quanto ao valor para desapropriação de imóvel que entre si fazem de um lado o **MUNICÍPIO DE RONDON DO PARÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o número 04.780.953/0001-70, com sede na cidade de Rondon do Pará, sito na Rua Gonçalves Dias, 400, Centro, CEP 68.638-000, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Senhor **OLAVIO SILVA ROCHA**, brasileiro, casado, pecuarista, atualmente investido no mandato de Prefeito Municipal de Rondon do Pará, residente e domiciliado nesta cidade, doravante chamado **EXPROPRIANTE**, e, de outro, o Senhor **GEIDSON DE JESUS LIRA**, brasileiro, solteiro, autônomo, RG 4365666 SSP/PA, CPF 882.335.372-68, residente e domiciliada na Rua Duque de Caxias, 231, Município de Rondon do Pará, Estado do Pará, doravante denominado **EXPROPRIADO**.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO



MUNICÍPIO DE RONDON DO PARÁ
Poder Executivo

O objeto do presente acordo é a desapropriação administrativa do imóvel devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rondon do Pará, localizado na Gleba Pebas, lote 12, localizada à margem esquerda da BR 222, sentido Rondon/Marabá, Km 86, aro aproximadamente 02 KM, com limites e confrontações seguintes: ao Norte com área urbana de Rondon do Pará, a Oeste com Dona Gercina Luiza Pereira, a Leste com o Senhor João Pereira da Silva e ao Sul com o Senhor Urgulino Torres Amaral. O presente imóvel é cadastrado junto ao INCRA sob o número 051.071.007.447-8, através de escritura pública de compra e venda, lavrada nestas notas, no livro 030, folhas 005/006 e verso, em data de 02 de maio de 1995, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Cidade, no livro 2-C, folhas 147, número R05, protocolo primeiro, número 9863, matrícula número 747, em 18/11/2008, com área de 101,9905ha (cento e um hectares, noventa e nove ares e cinco centiares), totalizando aproximadamente 1.019.905,00m² (hum milhão e dezenove mil e novecentos e cinco metros quadrados).

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR

O EXPROPRIANTE pagará ao EXPROPRIADO, em dinheiro, a importância líquida e certa de R\$ 1.116.000,00 (Hum Milhão e Cento e Dezesesseis Mil Reais), a título de indenização pela desapropriação do imóvel especificado na cláusula primeira acima, valor este achado justo e conforme pelo EXPROPRIADO que dá plena, geral e irrevogável quitação do valor de desapropriação para todos os fins e efeitos legais, nada mais havendo a receber ou reclamar a esse título.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PARCELAMENTO

O valor citado acima será pago em 36 (trinta e seis) parcelas de igual valor, sendo a primeira no dia 12 (doze) de Agosto de 2009, e as demais sucessivamente todo dia 12 (doze) de cada mês.

Handwritten signature

Handwritten text: Gercina Luiza Pereira




MUNICÍPIO DE RONDON DO PARÁ
Poder Executivo

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

As partes obrigam-se a assinar este termo na presença da escritã Juramentada do Cartório de Registro Cível do Único Ofício da Comarca de Rondon do Pará, a qual lavrará imediatamente a escritura pública para a imediata transcrição no registro imobiliário do imóvel especificado incorporado ao patrimônio público do Município de Rondon do Pará através da desapropriação.

PARÁGRAFO ÚNICO – As custas cobradas pelo Cartório de Registro Cível do Único Ofício da Comarca de Rondon do Pará serão suportadas pelo EXPROPRIANTE.

E por acharem justo, firmam o presente termo de acordo em três vias, sem rasuras ou entrelinhas, na presença de duas testemunhas idôneas e conhecidas das partes, aos oito dias do mês de julho de 2009.


PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
CNPJ 04.780.953/0001-70
EXPROPRIANTE


GEIDSON DE JESUS LIRA
EXPROPRIADO

Testemunhas:





PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
PODER EXECUTIVO

LEI Nº 571/2009-PE

DE 20 DE JULHO DE 2009.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA
DOAÇÃO DE TERRENOS URBANIZADOS
ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE
VULNERABILIDADE E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O POVO DO MUNICÍPIO DE RONDON DO PARÁ, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sancionou a seguinte Lei:

- OK*
- Art. 1º.** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a doar terrenos urbanizados à famílias de baixa renda que residem no município a mais de 2 anos em imóvel não próprio, prioritariamente beneficiárias do Programa Bolsa Família, fruto de frações do imóvel devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rondon do Pará, localizado na Gleba Pebas, lote 12, localizada à margem esquerda da BR 222, sentido Rondon/Marabá, Km 86, aro aproximadamente 02 KM, com limites e confrontações seguintes: ao Norte com área urbana de Rondon do Pará, a Oeste com Dona Gercina Luiza Pereira, a Leste com o Senhor João Pereira da Silva e ao Sul com o Senhor Urgulino Torres Amaral. O presente imóvel é cadastrado junto ao INCRA sob o número 051.071.007.447-8, através de escritura pública de compra e venda, lavrada nestas notas, no livro 030, folhas 005/006 e verso, em data de 02 de maio de 1995, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Cidade, no livro 2-C, folhas 147, número R05, protocolo primeiro, número 9863, matrícula número 747, em 18/11/2008, com área de 101,9905ha (cento e um hectares, noventa e nove ares e cinco centiares), totalizando aproximadamente 1.019.905,00m² (hum milhão e dezenove mil e novecentos e cinco metros quadrados), de propriedade do Município.
- Art. 2º.** O imóvel objeto desta doação destinar-se-á a construção de moradia própria para utilização das famílias beneficiárias.
- § 1º.** O donatário fica obrigado a dar à área, objeto desta doação, a destinação prevista no caput deste artigo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, contados do ato de doação do imóvel ao donatário.
- § 2º.** Fica vedada alienação pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do ato de doação do imóvel ao donatário (proibir venda, permuta, etc). Ressaltado o direito de o donatário contrair empréstimo bancário para fins de moradia (EXCLUSIVAMENTE).
- [Handwritten signature]*



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
PODER EXECUTIVO

- § 3º. Na hipótese de o donatário não atender às condições deste artigo, findo o prazo nele estipulado, ou se for desvirtuada a finalidade da doação, a área de terreno em causa reverterá ao patrimônio municipal sem ônus para a Municipalidade.
- § 4º. Em caso de reversão, as benfeitorias eventualmente introduzidas no imóvel passarão a integrar o patrimônio municipal, independentemente de qualquer indenização.
- Art. 3º. Os critérios de seleção das famílias beneficiárias, juntamente com a respectiva pontuação são disciplinados pelo anexo I desta lei.
- Art. 4º. Em caso de empate no somatório da pontuação dos fatores estabelecidos, serão definidos critérios de desempate, cujos parâmetros, em ordem de prioridade são:
- I – Famílias residindo em área de risco tais como lixões, encostas, alagados e favelas;
 - II – Menor relação entre renda familiar e o número de pessoas que compõem o grupo familiar;
 - III – Famílias chefiadas por mulheres;
 - IV – famílias que apresentarem o maior número de dependentes;
 - V – existência de dependentes idosos ou deficientes físico-mentais no grupo familiar;
 - VI – maior tempo de residência no município.
- Art. 5º. Persistindo o empate será dada preferência à família cujo chefe tenha maior idade.
- Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 20 de julho de 2009.


OLAVIO SILVA ROCHA
Prefeito Municipal


MÁRCIO RODRIGUES ALMEIDA
Secretário Municipal Interino de
Administração, Planejamento e Gestão

MUNICÍPIO DE RONDON DO PARÁ
PUBLICADO NESTA DATA 20/07/2009
CONFORME ART. 82 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
PODER EXECUTIVO

ANEXO I

CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
Composição familiar	- 02 pontos por dependente
Tempo de residência no Município	- 10 pontos se há mais de 10 anos - 05 pontos se de 5 à 10 anos
Renda familiar	- 10 pontos se até 1 salário mínimo - 05 pontos se até 2 salários mínimos
Idade do chefe de família	- 10 pontos se maior de 50 anos - 05 pontos se entre 35 e 50 anos - 02 pontos se menor de 35 anos
Mulher chefe de família	- 10 pontos
Existência de idosos e deficientes físicos/mentais no grupo familiar, considerando os critérios da previdência social	- 05 pontos por dependente nesta situação
Condições de habitabilidade	- 10 pontos se não possuir moradia própria - 03 pontos se em co-habitação
Dependentes menores matriculados na escola	- 02 pontos por dependente
Não ter sido beneficiado em programas anteriores	- 05 pontos
Morando em áreas de risco (lixões, encostas, alagados, favelas, outra)	- 10 pontos